

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS-
DCEEX

ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA DA SILVA

O PAPEL DO BNDES NA POLÍTICA NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Três Rios
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS-
DCEEX

ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA DA SILVA

O PAPEL DO BNDES NA POLÍTICA NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia submetida como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da UFRRJ – Instituto de Três Rios

Orientador: Maria Helena Facirolli Sobrinho.

Três Rios, RJ
2014

ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA DA SILVA

O PAPEL DO BNDES NA POLÍTICA NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título em bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Aprovada em _____

Professora Maria Helena Facirolli Sobrinho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Teófilo Henrique Pereira de Paula
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Cid de Oliveira Botelho Junior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dedico esta monografia a minha família, especialmente para minha filha. Que representam os alicerces de minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus que ilumina cada fase de minha vida, me orientando e guiando;

Aos meus familiares pelo apoio e amor incondicional;

Aos minha filha que dá sentido à minha vida;

Aos professores pelos conhecimentos compartilhados, especialmente, ao professor Roberto Santolin e a professora Maria Helena, pela orientação e contribuições que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Através de uma revisão bibliográfica foi possível apresentar algumas importantes considerações sobre o papel do BNDES na política nacional e industrialização, tema de grande relevância na atualidade, uma vez que o referido banco financia muitas indústrias e colabora para que ocorra o crescimento da economia brasileira. Ressalte-se que o BNDES evoluiu muito desde sua origem, quando se limitava ao desenvolvimento econômico, passando, posteriormente, a englobar o aspecto social também. Responsável por colaborar para o progresso do setor industrial, o BNDES é de grande importância para o país, o que motiva pesquisas mais profundas sobre o mesmo, destacando-se alguns governos aos quais valorizaram o banco que motivou a Política Nacional de Industrialização.

Palavras-chave: BNDES. indústrias. economia. desenvolvimento.

ABSTRACT

Through a literature review was possible to present some important considerations about the role of the BNDES and national industrialization policy issue is of great relevance today, since the said bank finances many industries and contributes to the growth of the Brazilian economy occurs. It is noteworthy that BNDES has evolved considerably since its inception, when confined to economic development, rising later to encompass the social aspect too. Responsible for collaborating to advance the industrial sector, BNDES is of great importance for the country, which motivates further research on it, highlighting some governments which valued the bank that led the National Industrialization Policy.

Keywords: BNDES. Industries. Economy. Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	11
2.1 A industrialização nas décadas de 1930 a 1980.....	11
2.2 A industrialização no Governo Collor e Itamar Franco.....	16
2.3 A indústria no governo de Fernando Henrique Cardoso.....	18
3 O PAPEL DO BNDES NA POLÍTICA NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO	21
3.1 A evolução do BNDES frente às crises econômicas entre as décadas de 50 a 90.....	21
3.2 Evolução do BNDES depois de 2000.....	47
3.3 O papel do BNDES na Política Nacional e Industrialização.....	51
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Uma série de problemas econômicos vivenciados pelo Brasil, dentre os quais se destaca a inflação com taxa média anual de 6% nos anos 30 para 12% nos anos 40; levou o governo a buscar alternativas para equilibrar a economia do país, com destaque à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) na década de 50. O BNDE objetivava motivar o crescimento da economia por meio da disponibilização de um volume maior de crédito para alavancar os negócios das empresas.

Em 1982, o BNDE passou por profundas transformações, visando melhor atender as empresas e cidadãos brasileiros, passando a ser denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), incluindo-se, portanto, o aspecto social.

O referido banco colaborou também para o progresso da industrialização brasileira, revelando o papel indispensável do Estado no processo de motivação ao crescimento da indústria, principalmente, através do oferecimento de recursos que muito contribuíram para o desenvolvimento do setor.

Na década de 1960 o BNDES diversificou suas atividades, ampliando sua atuação a partir do momento em que passou a financiar o setor privado, contribuindo para o aumento da oferta de crédito, com o apoio do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em meados da década de 1970 ocorreu a Crise do Petróleo que afetou, consideravelmente, a economia brasileira, levando o governo a lançar o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, sendo o BNDES considerado um instrumento indispensável neste processo.

A partir da década de 1990 o BNDES exerceu papel fundamental no processo de industrialização das empresas estatais, colaborando com o Programa Nacional de Desestabilização.

Uma política industrial diferenciada foi anunciada pelo presidente Fernando Collor de Melo, que focava o aumento da competitividade de produtos produzidos

pela indústria brasileira frente com os de indústrias internacionais, já que estas tiveram a redução de impostos e estímulos que resultaram na abertura comercial.

O presidente Collor foi afastado em 1992, iniciando-se o governo de Itamar Franco, seu substituto, que implantou o Plano Real, idealizado pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que dois anos mais tarde se tornou presidente do Brasil.

A economia brasileira se manteve inconstante durante muitas décadas, com várias crises que foram enfrentadas pelo país, como a cambial e a inflacionária, por exemplo, levando o governo a buscar alternativas como a disponibilização de créditos, visando minimizar e reverter o problema. O BNDES apresentou papel essencial no processo de estímulo à Política Nacional e Industrialização, financiando várias indústrias nacionais, como as de máquinas e equipamentos, servindo como motivador do desenvolvimento econômico brasileiro.

É neste contexto que se baseia o presente estudo, que busca trazer algumas considerações sobre o papel do BNDES na política nacional e industrialização, por meio de revisão bibliográfica.

O trabalho foi dividido em três capítulos, inicialmente abordou-se a questão da evolução do BNDES, partindo-se de seu histórico, em seguida tratando do processo de industrialização no Brasil. O segundo capítulo trouxe um estudo sobre a industrialização nos governos Collor e FHC, onde foram apresentadas algumas reflexões sobre a industrialização no Governo Collor e da indústria no governo de Fernando Henrique Cardoso. O terceiro capítulo abordou o papel do BNDES na Política Nacional e Industrialização, dividido em dois tópicos, que trataram da economia brasileira e do papel do BNDES na Política Nacional e Industrialização.

2 - PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

2.1- A industrialização nas décadas entre 1930 a 1980.

O processo de industrialização no Brasil ocorreu de maneira gradativa, se intensificando a partir da década de 1930 e, portanto, este será o ponto de partida para a análise do presente estudo.

O término da Primeira Guerra Mundial motivou o aumento e diversificação dos investimentos no setor industrial no Brasil, inclusive surgindo alguns auxílios governamentais que colaboraram para seu crescimento e consolidação (WEISS, 2006).

Pode-se dizer que há estreita relação entre o desenvolvimento da indústria e o setor cafeeiro brasileiro, isso porque, parte dos recursos utilizados para investir no processo de crescimento industrial se originou deste setor.

Segundo Santos Junior (2004, p. 12):

[...] o setor industrial passou a ganhar em importância a partir do deslocamento dos recursos produtivos do setor cafeeiro para o setor industrial. Estas transferências ocorreram sempre nos momentos em que o setor cafeeiro se via imerso em crise de superprodução e queda de preços, ou mesmo quando choques externos reduziam a capacidade para se fazer importações, reduzindo-se a demanda pelas exportações e garantindo, por conseguinte, boas oportunidades para a realização de investimentos industriais.

Os recursos que, em princípio, eram destinados ao setor cafeeiro, foram deslocados para serem investidos na industrialização do país, em virtude da crise que recaiu sobre os produtores de café, gerando superprodução e redução de preços. Tais recursos foram essenciais, pois serviram como incentivo e colaboraram para o crescimento das indústrias no país, servindo como ponto de partida para a promoção de maiores investimentos no setor industrial.

Frise-se que a crise do setor cafeeiro fez com que aumentassem os investimentos no setor industrial, bem como de mão de obra, já que este último passou a ser mais lucrativo que o primeiro.

Outro autor que aborda o crescimento da indústria brasileira associado à crise da cafeicultura é Weiss (2006, p. 18-19):

[...] a partir de 1930 vários fatores contribuíram para o desenvolvimento industrial brasileiro dos quais podemos destacar o grande êxodo da população rural com a crise da cafeicultura, a redução das importações de produtos manufaturados em virtude da crise do capitalismo e o decreto de Getúlio Vargas proibindo as importações de maquinarias para todas as indústrias em superprodução, além, também da crise de 1929, decorrente da grande depressão da bolsa de valores norte-americana.

Nota-se que a crise do setor cafeeiro também é enfatizada como um dos principais fatores responsáveis pela intensificação nos investimentos no setor industrial. Além disso, pode-se destacar que o surgimento da Segunda Guerra Mundial também colaborou para o crescimento da indústria, uma vez que se reduziram as exportações nos países envolvidas na guerra, levando-os a desenvolver máquinas e equipamentos para suprir suas necessidades no setor.

Para se vislumbrar a dimensão do crescimento da indústria no Brasil a partir da década de 1930, vale trazer os estudos quantitativos de Santos Junior (2004, p. 18):

[...] verificou-se que em 1935 a produção industrial foi 27% maior que a de 1929, chegando a ser 90% maior que a de 1925. Em termos absolutos, nos anos de 1920 foram criados 4.697 estabelecimentos industriais, enquanto que na década seguinte foram criados 12.232. Portanto, a década de 1930 pode ser considerada como a época que impulsionou o desenvolvimento industrial brasileiro e o processo de substituição das importações de bens leves de consumo.

Verifica-se um aumento na produção industrial quando comparados os anos de 1929 e 1935, este último revelando os resultados dos investimentos do governo deslocados do setor cafeeiro para o desenvolvimento da indústria. Houve aumento também no número de indústrias no Brasil, o que permite a ideia de que a década de 1930 foi marcante para o crescimento deste setor que se tornou tão importante no decorrer do tempo.

Ressalta-se que em 1938 foi fundada a CNI (Confederação Nacional da Indústria) que representou um importante marco para o desenvolvimento industrial, tendo como objetivo principal e inicial colaborar para a superação de problemas deste setor oriundos da Segunda Guerra Mundial.

Com base nos estudos de Santos (2011, p. 16):

A história da CNI se mistura com a trajetória da indústria no Brasil em transformar um país essencialmente agrícola numa das principais economias industriais da América Latina. Mas, é preciso ressaltar que antes da formação da CNI, outras entidades buscaram a organização empresarial. A entidade que é considerada o “embrião” da CNI data de 19 de outubro de 1827, e surgiu no Rio de Janeiro, com a denominação de Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Como a SAIN não resistiu ao regime republicano, instaurado em 1889, em 1904 foi incorporada ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. O Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão marcou o início do Centro Industrial do Brasil que, em seu estatuto, tem a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores.

É notável que várias tentativas fossem feitas para a criação de entidades que estimulassem o crescimento industrial, mas sem grande sucesso, até o surgimento da CNI que representou um marco para a história da industrialização, originando-se de outra entidade denominada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

O final da década de 1930 e início de 1940 foi marcante para o setor industrial, inclusive devido às relações de intercâmbio que melhoraram muito, possibilitando o crescimento das exportações, especialmente, devido ao fato dos países industrializados dedicarem suas produções a produtos voltados para a guerra, reduzindo a oferta de outros produtos, que passaram a ser disponibilizados pelo mercado brasileiro (SANTOS JUNIOR, 2004).

Durante a década de 1940 algumas entidades importantes foram criadas, entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), este último tendo o objetivo de unir a universidade à indústria, capacitando empresários (SANTOS, 2011).

Todo esse progresso no setor industrial representou um crescimento importante, mas limitado, tratando-se dos primeiros investimentos relevantes para a consolidação da industrialização brasileira. Somente a partir da década de 1950 que o setor industrial confirmou sua hegemonia, principalmente devido ao acúmulo de capital deste setor e a intensificação das entidades criadas (SANTOS JUNIOR, 2004).

Segundo Santos Junior (2004, p. 23):

Até esse momento, apesar de o Estado ter tido papel significativo na promoção do crescimento industrial e na consolidação da indústria como setor dinâmico da economia, todo o desenvolvimento alcançado foi obtido sem muito planejamento, ou seja, grande parte do crescimento industrial foi resultado das condições adversas da economia mundial, que tiveram como efeito reduzir ou impossibilitar as importações de produtos manufaturados e gerar as oportunidades para a substituição de importações destes produtos pela produção similar nacional, processo este chamado de substituição de importações não induzido pelo Estado.

Conforme se verifica o Estado foi fundamental para o crescimento da indústria, através da disponibilização de recursos para sua consolidação, mas é importante ressaltar que não houve muito planejamento no processo de desenvolvimento industrial, ocorrendo resultados favoráveis em virtude de fatores adversos da economia mundial, surgindo, portanto, uma assimetria baseada nos investimentos de infraestrutura e bens de capital com os bens de consumo manufaturados.

O final da década de 1950 e início de 1960 foi um período marcado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o sucesso do Programa de Metas¹, ocorrendo aumento da dependência da economia brasileira em relação ao capital estrangeiro, sendo identificado também o agravamento das desigualdades sociais, o que motivou uma crise política preocupante (WEISS, 2006).

Tem início na década de 1960 a ditadura militar², valendo trazer os estudos de Weiss (2006, p. 20) sobre esse período:

[...] no período da Ditadura Militar, os militares adotaram um modelo econômico associado ao capitalismo mundial e dependente, abrindo-se mais amplamente o país para a penetração do capital estrangeiro em vários setores da economia. O Estado assumiu a função de órgão supervisor das relações econômicas, e o modelo de desenvolvimento adotado caracterizava-se pela aliança entre a tecnoburocracia de um lado, e o capital nacional e internacional de outro. O desenvolvimento industrial foi significativo, ocorrendo uma maior diversificação da produção, pois o Estado assumiu certos empreendimentos, como a produção de energia elétrica, a produção de aço, a indústria petroquímica, a abertura de rodovias e outros,

¹ Plano de Metas-criado em 1957 no Governo Juscelino Kubitschek mandato de 1956 a 1961. O plano contemplava investimento em cinco principais áreas: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Conhecido como o famoso "50 anos em 5"(ORESTEIN, SOCHACZEWSKI,1990).

² No ano de 1961 Jânio Quadros assume a Presidência do país, mas sete meses depois o mesmo renúncia sem dar maiores esclarecimentos. E então João Goulart assume no decorrer do mesmo ano e permanece até o ano de 1964. A crise política se acentuou, a população insatisfeita com a situação econômica se revoltou os militares aproveitaram do momento frágil e assumem o poder. Desencadeando o Golpe Militar de 64 juntamente com o militarismo veio a censura e repressão (BNDES 2002).

assegurando para a iniciativa privada as condições de expansão ou crescimento dos negócios.

Logo no início do período ditatorial foi implantado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) consistia em uma série de objetivos elaborados na época pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, conforme Resende (1989, p.213, 214)

O PAEG listava entre os seus objetivos: '(i) acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico interrompido no bienio 1962/63; (ii) conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966; (iii) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhoria das condições de vida; (iv) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; (v) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.'

O período ditatorial foi marcante para a economia brasileira, ocorrendo significativo crescimento da industrialização no país, destacando-se o papel do Estado, que passou a ser responsável pela supervisão das relações econômicas. Passou-se a desenvolver novos produtos na indústria brasileira, aumentando-se novos empreendimentos, que corroboraram para o crescimento industrial, principalmente em áreas de energia elétrica, petroquímica e aço.

Vale destacar que no período que vai do final da década de 1960 até 1973 ocorreu grande progresso econômico, com aumento considerável da taxa média do PIB e declínio da inflação, momento em que a economia do país prosperou, sendo conhecido como "milagre econômico".

Sobre o período conhecido como milagre econômico brasileiro Veloso *et. al.* (2008, p. 222) esclarece:

O período 1968-1973 é conhecido como 'milagre' econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do 'milagre' é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

Como se verifica no período em questão houve aumentos consideráveis das taxas de crescimento do PIB de 4,2% do período anterior, para 11,1%, o que se

revela uma transformação significativa para o país, sendo este período considerado de grande importância para a economia brasileira, principalmente, pelo crescimento industrial identificado.

Em seguida, um novo período surge, ocorrendo um declínio da economia, com início de uma sequência de inconstantes crises a partir de 1974, inclusive a do petróleo, com preços que praticamente quadruplicaram, gerando crescimento dos custos das produções industriais, interrompendo um período de constante desenvolvimento (SANTOS JUNIOR, 2004).

Weiss (2006, p. 21) comenta:

[...] com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação, na década de 80. O Brasil mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia o seu crescimento econômico. No começo dos anos 90, a produção industrial era praticamente a mesma de dez anos atrás.

Tem-se na década de 1980 um período de queda no crescimento industrial, com desequilíbrio inflacionário e início de uma séria recessão que afetou a economia de todo o país.

2.2 A industrialização no Governo Collor e Itamar Franco

No ano de 1990 assume no governo brasileiro o então presidente Fernando Collor de Melo, adotando, logo de início, um plano para estabilização da economia diferenciado de todos que até então foram aplicados, voltado para a retenção dos saldos das contas correntes, poupanças e aplicações financeiras que ultrapassassem o montante de cinquenta mil cruzados, a preços de 2013, aproximadamente R\$ 2.000,00.

Inicialmente, o Plano Collor gerou redução das taxas de inflação, que retornaram muito mais altas meses depois. Foi um período de estagnação do processo de crescimento da indústria brasileira. O então presidente anuncia uma política industrial nova, que visava aumentar a competitividade dos produtos produzidos no país, estimulando o uso de novas tecnologias para melhorar a qualidade e produção (ALVES, 2006).

Collor apresentou preços mais favoráveis para o mercado internacional, desvalorizando as indústrias brasileiras e segundo Alves (2006, p. 242):

Nessa perspectiva, aprofunda-se o processo de abertura comercial, através de fortes mudanças no regime de importações. Continua sendo eliminada a maior parte das barreiras não-tarifárias. Além disso, estabelece-se um cronograma de redução gradual e uniformização de tarifas, anunciado em janeiro de 1990, com vigência até o ano de 1994.

Estimula-se, portanto, as importações e cria-se um cronograma de redução de tarifas externas para motivar a inserção de produtos industrializados estrangeiros no país.

O governo Collor faz surgir uma nova fase da economia brasileira, com queda das barreiras tarifárias, liberação de importações que antes eram proibidas e ainda redução de tarifas.

Com base nos estudos de Santos (2009, p. 9):

Essa década foi marcada por um processo intensivo de privatizações (desencadeado a partir do Governo Collor, 1990-1992), pelo recuo das reivindicações do mundo do trabalho, pelas modificações na legislação e na organização dos sindicatos, bem como na legislação de greve. Sendo que as metas e objetivos das políticas de desenvolvimento foram definidos a partir da política econômica em detrimento do social.

Trata-se de um período de profunda transformação da economia brasileira, que se restabeleceu após um momento de profundas crises, sendo tomadas várias medidas importantes. Alves (2006, p. 243) apresenta as principais medidas aplicadas pelo Governo Collor:

[...] isenções ou reduções de tarifas para importações com produção similar nacional, redução do índice de nacionalização exigido para acesso a crédito oficial, redução de controles administrativos, extinção de lista de mais de mil itens suspensos de importação (através da portaria 56 de 15.03.90), fim da exigência de financiamento externo para importação de bens de capital (Resolução 1749 de 13.09.90) ou de valor elevado (Portaria 365 de 26.06.90) – acima de US\$ 200 mil.

Por um lado ocorreu um estímulo às indústrias internacionais, que foram valorizadas, mas por outro, a indústria brasileira sofreu um retrocesso, em virtude de sua desvalorização por parte das medidas adotadas pelo governo.

Um segundo plano chamado Collor II, foi implantado em 1991, sem o alcance do sucesso almejado.

Itamar Franco (vice-presidente de Fernando Collor de Melo) assume a Presidência da República no final de 1992 sucedendo Collor, cumprindo o restante do mandato em dois anos. Dois compromissos marcaram a orientação do seu governo: dar continuidade ao processo de reformas e o principal, foi lançada as bases do programa de estabilização que daria fim a indexação do país. A implantação da URV - unidade real de valor, um instrumento indexador único da economia criado no ano de 1994 (GIAMBIAGI *et. al.* 2005).

O governo conseguiu razoável consistência, a partir de maio de 1993, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), até então senador para o Ministério da Fazenda.

Em seus estudos Schindler (2010, p. 21) esclarece algumas questões sobre a aplicação das diretrizes do setor industrial na década de 1990:

As diretrizes de 1990 elegiam algumas prioridades setoriais de política industrial, favorecendo as indústrias de alta tecnologia como informática, química fina, mecânica de precisão, biotecnologia e dos chamados novos materiais, que seriam beneficiadas por medidas de proteção do tipo indústrias nascentes, e as indústrias que necessitavam de reestruturação. No entanto, essas diretrizes não chegaram a ser implementadas na prática. O Programa de Competitividade Industrial nunca passou de uma listagem de objetivos e instrumentos, pois o “choque de competitividade” foi a medida mais próxima de um modo de colocá-lo em prática. O plano nunca saiu do papel.

Nota-se que muito se foi proposto, mas na prática, o que se verificou foi algo muito diferente, já que as diretrizes criadas não foram colocadas em prática, não ocorrendo crescimento do processo de industrialização brasileira no governo de Collor, mas o que alguns autores como Wasques (2012) chamam de desindustrialização, o que significa dizer que há perda da importância da indústria enquanto fonte geradora de empregos, produtos e recursos.

2.3 A indústria no governo de Fernando Henrique Cardoso

Ocorreu em 1992 o afastamento do presidente Collor, que foi substituído por Itamar Franco, responsável pela implantação do Plano Real, criado pelo então

Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o novo presidente, que implementou o Plano Real, que permanece vigorando até a presente data.

O Plano Real foi concebido em três fases diferentes, conforme Aviles (2009, p. 15):

A 1ª fase do Plano Real (ortodoxa) trata do ajuste fiscal, para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União. Paralelamente procurou-se acumular reservas cambiais para dar condições ao Banco Central de administrar as políticas monetária e cambial. A 2ª fase (heterodoxa) é a tentativa de eliminar a inércia inflacionária, através da introdução de uma nova unidade de conta, a URV, que tinha por objetivo a transição para a introdução da nova moeda. A 3ª fase iniciou-se com a transformação da URV em Real. Nesta fase adotou-se uma regra relativamente flexível, em que foram estipuladas metas monetárias, com a possibilidade de serem ampliadas em caso de emergência, o que ocorreu algumas vezes após a edição do plano.

Com o Plano Real, houve a redução inflacionária e aumento da demanda de mecanismos de créditos na economia, inclusive para as indústrias, sendo desenvolvidas também, algumas ações para controlar a grande dívida interna e externa do Brasil.

Ressalta-se que o novo plano focou o aumento de investimentos externos, como forma de aumentar a entrada de capitais estrangeiros e, conseqüentemente, reduzir os problemas encontrados no Brasil.

Em relação à indústria, é importante ressaltar que enquanto o Governo Collor intensificou as divergências entre as nacionais e as estrangeiras, Fernando Henrique Cardoso buscou minimizá-las, como se verifica nos estudos de Costa (2000, p. 58):

Um fator importante é que a necessidade de atrair investimentos externos levou à revogação da proteção para as indústrias nacionais, eliminando as diferenças entre indústria nacional e estrangeira, da legislação de diferentes países, tal como foi implementada no Brasil. Porém, o protecionismo ainda é forte nos países ricos, especialmente com relação à importação de produtos agrícolas dos países periféricos. No Brasil a perda de competitividade de alguns setores econômicos está ligada diretamente às medidas de política econômica do Governo, especialmente ao longo período de taxa de câmbio apreciada, e a política de exportação do país.

A superioridade das indústrias estrangeiras vivenciadas anteriormente foi finalizada, e elas passaram a atuar de maneira igualitária com as indústrias nacionais, ocorrendo uma reestruturação industrial. Frise-se que a

internacionalização do capital não desvalorizou as indústrias nacionais, só não ofereceu benefícios que as colocassem em vantagem frente às estrangeiras, visando atrair essas últimas para o país, assim como seus recursos.

Segundo Costa (2005, p. 15): “A reestruturação industrial produziria ganhos de produtividade suficientes para compensar a valorização da taxa de câmbio e estimular a recuperação das exportações”.

A indústria foi, portanto, reestruturada não apenas para atrair capital estrangeiro, mas para aumentar a competitividade entre elas e as nacionais, em um patamar de igualdade. Ocorre que a internacionalização do capital serviu como uma solução em curto prazo, mas, prejudicou as indústrias nacionais.

É notável que atrair investimentos externos é algo muito favorável para a economia do país, mas é preciso equilibrar as medidas tomadas para não prejudicar as indústrias nacionais neste processo. A eliminação de diferenças entre indústria nacional e estrangeira é algo positivo, mas é preciso planejamento e organização, a fim de motivar a competitividade e colaborar para o crescimento econômico do país e não iniciar uma crise nacional.

3 - O PAPEL DO BNDES NA POLÍTICA NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

3.1 A evolução do BNDES frente às crises econômicas entre as décadas de 50 a 90

Pode-se dizer que ao longo de sua história, o Brasil enfrentou problemas econômicos, como por exemplo, altas taxas inflacionárias e dívida externa, especialmente, após a Segunda Guerra mundial, o que motivou a alteração do modelo liberal vigente naquela época para outro voltado para o desenvolvimento industrial, como forma de estimular o crescimento econômico brasileiro e superar os problemas enfrentados (GIAMBIAGI *et. al.*, 2005).

Desde a década de 1930 já havia no Brasil a tentativa do governo para estimular o crescimento da economia, entre elas destaca-se a criação do BNDES, como forma de promover transformações em todo o país, como maior disponibilização de crédito para que as empresas obtivessem recursos para o crescimento do país e a superação da crise que a economia brasileira enfrentava. A economia brasileira é marcada por profundas crises, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, momento em que ocorreu uma mudança do modelo liberal para um novo modelo voltado para o desenvolvimento industrial.

O início da década de 1950 foi marcante para a economia brasileira e segundo Giambiagi *et. al.* (2005):

[...] as perspectivas de evolução do setor externo da economia brasileira pareciam favoráveis. A balança comercial, deficitária em cerca de US\$ 300 milhões em 1952, fechara 1953 com superávit de quase US\$ 400 milhões. Essa dramática reversão resultou, sobretudo, da queda de um terço no valor das importações. Nesse contexto, as preocupações centrais do governo deslocaram-se para o problema da inflação.

No ano de 1950 foi realizado no Rio de Janeiro uma Conferência de Embaixadores, o Brasil conseguiu que se constituísse uma nova comissão, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU) com o intuito de estudar projetos relacionados com a extinção de pontos de estrangulamentos e que receberiam financiamento externo. Em contrapartida, o Brasil facilitaria a exportação de matéria prima para os Estados Unidos. Assim, criou se um fundo para administrar os

financiamentos aprovados pela CMBEU. Em 1951, o governo americano em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Export - Import Bank (EXIMBANK) unificaram interesse no Plano de Reparcelamento Econômico, no qual o Brasil dirigia por indicação da CMBEU. Para administrar esse fundo, outros recursos externos e recursos do Ministério da Fazenda fazia se necessário um banco voltado especialmente para estas tarefas (BNDES 2002).

BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) foi criado em um período em que o país enfrentava problemas econômicos como a alta inflação que apresentava média anual de 6% nos anos 30 e de 12% nos anos 40 (IBGE 2003) e para suprir a falta de um agente financeiro capaz de alocar recursos em longo prazo para o setor público e privado; o principal objetivo do mesmo era promover transformações em todo o Brasil.

As referidas décadas apresentavam altas taxas inflacionárias, que acentuavam a crise econômica, o que demandava a necessidade de se buscar alternativas para minimizar o sério problema econômico vivenciado pelo Brasil. Uma das alternativas apresentadas foi a criação do BNDE através da lei nº 1.628³ de 1952, representando um primeiro momento da economia após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que é dividida por alguns autores em cinco fases distintas.

De acordo com Oliveira (1989 p. 63-64):

No caso do Brasil, no que diz respeito a ciclos, merece particular atenção o período pós-guerra, durante o qual a industrialização brasileira teve seu impulso maior e a economia, como um todo, desenvolveu-se, levando o país à chamada categoria de economia "em desenvolvimento". O estrangulamento externo decorrente das duas Grandes Guerras exigiu do país um esforço de industrialização, mas foi o segundo surto substitutivo de importações (aprox. 1947/60) que impulsionou a fabricação de bens de consumo duráveis e de bens de capital, que representam a base do desenvolvimento industrial.

Conforme se verifica, a primeira fase pós-guerra tem por base a valorização da industrialização, o que impulsionou a economia brasileira, iniciando um processo de desenvolvimento da mesma. Neste período também ocorreu à expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,9% em 1920-1940 para 3,8% em 1940-1960 (IBGE 2003 p.347) e a criação do BNDE, que foram marcantes para o país.

³ Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação, autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal, cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), abre crédito especial e dá outras providências.

Para Oliveira (1989, p. 64): “[...] apesar destas flutuações, a taxa de crescimento do produto brasileiro permaneceu razoavelmente elevada em todo o período, se comparada a taxas agregadas a nível mundial”.

BNDES é a sigla utilizada para representar a expressão Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (letra S só agregada na década de 80), criado em 1952, no segundo governo de Vargas⁴ teve como meta o programa de desenvolvimento para suprir às necessidades de setores como energia elétrica e transportes para financiar projetos que estimulassem o crescimento do Brasil, em princípio na esfera econômica e, posteriormente, na social.

Segundo Pamplona (2011, p. 101):

Em 1952, data de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, o Brasil vivenciava um processo ainda incipiente processo de industrialização, calcado, basicamente, na substituição de importações de bens de consumo duráveis. Importantes gargalos de infraestrutura restringiam, àquela época, o crescimento econômico do país, em especial os setores de energia elétrica e transportes.

O Banco foi criado para fomentar o desenvolvimento dos setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado e recebeu o auxílio do BID e do EXIMBANK. Inicialmente a fonte de recursos seria oriunda de apoio externo, porém era necessário financiamentos em moeda nacional. Conforme BNDES (2002, p.15):

A previsão era obter US\$ 750 milhões junto ao BID. Já os fundos em moeda nacional necessários à realização dos planos do BNDES viriam de fontes diversas. A princípio, instituiu-se sobre o Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas um empréstimo compulsório de 15% (que deveria vigor por cinco anos, mas que se estendeu por mais de uma década). Também se utilizariam 4% dos depósitos da Caixa Econômica Federal e 3% da receita anual da Previdência (excluída a cota da União).

Ao longo do tempo, o BNDES foi reestruturado várias vezes de modo a atender às necessidades da economia nacional e conseqüentemente, alavancar o crescimento do país. Assim, esperava-se também reorganizar a política externa brasileira, transformando o BNDES em uma empresa pública ligada ao Ministério do Planejamento ainda no ano de 1967 (VALDEZ, 2011 p.45).

⁴ Mandato de 1951 a 1954

Tabela 1 – Aprovações⁵ BNDES segundo Ramos e Gêneros de Atividade: 1952/1955 e 1956/1960 – Valores anuais médios, R\$ milhões de 2011 e %.

Setor	1952/1955	%	1956/1960	%
Insumos Básicos	143,18	5,80	2.179,20	37,47
Mineração	-	-	-	-
Siderurgia	32,22	1,30	1.420,35	24,42
Metalurgia	14,32	0,58	114,54	1,97
Química e Fertilizante	82,33	3,33	552,68	9,50
Celulose e Papel	14,32	0,58	88,77	1,53
Produtos de Minerais Não-Metálicos	-	-	2,86	0,05
Equipamentos	53,69	2,17	409,50	7,04
Mecânicos Elétricos	7,16	0,29	91,64	1,58
Material de Transporte	46,53	1,88	317,86	5,47
Outras Indústrias	-	-	2,86	0,05
Têxtil e Calçados	-	-	-	-
Produtos Alimentares	-	-	-	-
Outras	-	-	2,86	0,05
Infraestrutura - exclusive transportes	565,56	22,90	1.858,48	31,95
Energia Elétrica	565,56	22,90	1.858,48	31,95
Outros Setores	-	-	-	-
Infraestrutura - Transportes	1.650,15	66,81	1.222,76	21,02
Ferrovário	1.610,78	65,22	1.182,67	20,33
Rodoviário	-	-	-	-
Hidroviário	39,37	1,59	40,09	0,69
Outras Atividades	57,27	2,32	143,18	2,46
Ensino, Pesq. e Des. Tec.	-	-	-	-
Distribuição	35,80	1,45	143,18	2,46
Outras	21,48	0,87	-	-
Total	2.469,86	100,00	5.815,98	100,00

Fonte: Redivo e Cario (2013) apud Prochnik (1995).

Com base nos dados da Tabela 1 confirma – se que o ramo que mais recebeu aprovação do BNDES foi o de infraestrutura com 89,71% no período de 1952/1955 com R\$ 2.215,71 milhões, destacando-se os setores de energia elétrica e ferroviário. Já no período de 1956/1960 reduz - se para 52,97% com R\$ 3.081,24 milhões, no entanto continua a ser o ramo que mais recebeu aprovações. No período de 1952/1955 e posteriormente em 1956/1960 percebe-se um aumento no setor de insumos básicos de 5,80% para 37,47% destacando os ramos de mineração, siderurgia e metalurgia o que comprova a ampliação dos investimentos do BNDES para outros setores.

Os grandes projetos começaram a serem aprovados pelo BNDES logo no ano de sua fundação em 1952, com a Estrada de Ferro Central do Brasil e teve seguimento em 1953 onde foram assinados cinco novos contratos (BNDES 2002):

1. Companhia Nacional de Álcalis (RJ);
2. Usina Rio Bonito (ES);
3. Fábrica Nacional de Motores (RJ);

⁵ Segundo BNDES (2014) – autorização do Sistema BNDES para apoio financeiro

4. Viação Férrea do Rio Grande do Sul (RS);
5. Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional (Seipan) - RJ.

No período seguinte 1956/1960 destaca-se o ano de 1957, o maior projeto aprovado pelo BNDES foi o referente à implantação da primeira fase (120 megawatts) da usina de Três Marias, em Minas Gerais. E a criação da Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA) onde implantou projetos específicos do setor ferroviário (BNDES 2002).

No ano de 1957 a equipe técnica do BNDES esteve extremamente envolvido no Plano de Metas, sendo sua participação importantíssima na elaboração e continuidade do plano. Conforme depoimento concedido por Roberto Campos⁶ em 1982 para Projeto Memória do BNDES (2002 p. 4) diz:

Em rigor, o Plano de Metas foi executado pelo Banco. Era o BNDES que instrumentava os diferentes grupos executivos e grupos de trabalho. Como se sabe, o Banco tornou-se o fulcro da chamada 'administração paralela'. Juscelino não queria amarrar-se à costumeira burocracia atomizada. A idéia dos grupos executivos era concentrar-se em grupos secretariados pelo BNDES e, portanto, beneficiados da logística e da infra-estrutura do Banco e reunir neles os representantes de diferentes ministérios, de modo a chegar a uma decisão conjunta. Sem isso, teria sido extremamente difícil executar o Plano de Metas.

Na década de 50 foi dada grande importância ao setor de infraestrutura como pode se observar na tabela 1, pois o investimento neste setor foi primordial para que os outros setores também se desenvolvessem.

Viana (1981 *apud* PAMPLONA, 2011, p. 101) esclarece a finalidade inicial do BNDES: “[...] as primeiras missões do Banco foram o reaparelhamento da malha ferroviária nacional e um extenso programa de eletrificação. Até 1956, 95% dos recursos desembolsados foram destinados para esses dois setores”.

⁶ Economista, presidente do BNDES (1958-9), ministro do Planejamento (1964-7)

Tabela 2- Evolução da Colaboração Financeira do Sistema BNDES Aprovado em Benefício dos Setores Público e Privado. 1952/59 (Em %)

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1952	100,0	-
1953	89,0	11,0
1954	90,4	9,6
1955	77,1	22,9
1956	95,3	4,7
1957	78,8	21,2
1958	86,6	13,4
1959	70,0	30,0

Fonte: Najberg 1989 p.353

A tabela 2 mostra as aprovações do financiamento do sistema BNDES por setor público e privado. Com os dados da tabela 2 verifica-se que a maioria dos financiamentos no período foram concedidos ao setor público e no fim da década de 50 observa-se uma elevação dos financiamentos ao setor privado. Porque após investimentos aplicados em energia elétrica e transporte, juntamente com o sucesso do Plano de Metas e a construção de Brasília, houve incentivo ao crescimento destes setores. Com a estrutura em energia e transporte pronta houve suporte para que outros setores fossem desenvolvidos e capitais privados atraídos para se instalarem no país. Entre 1956/60 a economia cresceu 8,1% a.a. (FUCHS 2009)

Vale ressaltar Orestein e Sochaczewski (1990 p.179) onde destacam a participação do BNDES no impulso do setor privado:

Um segundo grupo de estímulos a empresa privada referia-se ao crédito provido pelo BNDE que, juntamente com o Banco do Brasil, supria recursos de longo prazo a juros baixos e pagamentos sujeitos à carência, o que, na conjuntura inflacionária, significava uma taxa real de juros negativa. De 1952 a 1963 o BNDE concedeu Cr\$ 64 bilhões de crédito (na forma de empréstimos reembolsáveis) dos quais Cr\$ 18 bilhões (28%) para as indústrias básicas. Aproximadamente 10% desse crédito dirigiu-se à indústria automobilística. Outro incentivo indireto à expansão do crédito ao setor privado dizia respeito aos constantes déficits de caixa do Tesouro, cujo financiamento através da emissão de moeda permitia a expansão contínua do crédito nominal dos bancos privados. Finalmente, outro grande estímulo à empresa privada era a concessão de avais do BNDE para empréstimos contratados no exterior. Até 1961 o Banco havia concedido avais no montante de 890 milhões de dólares, dos quais 382 milhões para as indústrias básicas.

Nota-se que o banco foi criado justamente para minimizar os problemas econômicos já citados que eram enfrentados pelo Brasil, progredindo para a esfera social e exercendo papel essencial para o crescimento do país.

Vale destacar o que dispõe Machado (2009, p. 78) sobre o BNDES:

[...] é uma instituição que tem desempenhado um papel chave [...]. O Banco atuaria inicialmente como órgão formulador e executor da política nacional

de desenvolvimento econômico. Seu papel como fornecedor de recursos para projetos que demandavam financiamentos a longo prazo foi essencial, já que na época o sistema financeiro nacional operava apenas com empréstimos de curto prazo. Essa instituição foi redefinindo sua ação e seus objetivos ao longo do tempo.

Há de se observar que o BNDES buscava atuar na formulação e execução de ações voltadas para o desenvolvimento econômico, como a criação de uma política nacional de desenvolvimento econômico, fornecendo recursos necessários para a realização de projetos que estimulassem a economia e corroborassem para seu crescimento, principalmente, disponibilizando recursos em longo prazo.

Ocorre que, em princípio, o desempenho do BNDES não foi o esperado, havendo alguns fatos que o limitaram conforme Machado (2009, p.79) diz "[...] foram as eleições norte-americanas de 1952 e a crise cambial brasileira que, inclusive, forçaram o fechamento da CMBEU e do financiamento dos projetos." Vale ressaltar BNDES (2002, p.16):

Além disso, os financiamentos internacionais não chegaram nem a 50% do esperado: a partir de 1953, numa reação à política nacionalista de Vargas sobre remessas de lucros, o Banco Mundial rompeu relações com o Brasil. Foi preciso compensar a diferença com moeda nacional (o que, por sua vez, reduziu sensivelmente as reservas do BNDES). Para tanto, o governo conseguiu aprovar no Congresso a prorrogação dos mecanismos arrecadatórios do Banco e lhe agregou novos fundos. Entre estes, estavam o Fundo Federal de Eletrificação (lei 2308, de 1954); o Fundo da Rede Ferroviária Nacional (decreto 37 686, de 1955); o Fundo Nacional de Pavimentação (lei 2 698, de 1955); e o Fundo Especial Para Substituição de Ramais Ferroviários Deficitários (também lei 2698). Em 1954, ademais, criou-se o Imposto Único Sobre Energia Elétrica.

A CMBEU finalizou seus trabalhos no ano de 1953 quando apresentou um relatório final, considerado até hoje como a mais completa análise da situação econômica brasileira, onde conclui que os setores de energia e transporte eram os gargalos ao crescimento do Brasil. Esse relatório serviu de base para os futuros projetos do BNDES (BNDES, 2002).

Na década de 1960 o BNDES foi gradativamente se consolidando, estendendo sua atuação para maior número de setores, como os voltados para o desenvolvimento tecnológico, inclusive, ampliando os investimentos no setor privado, com especial atenção às empresas de pequeno e médio porte (PAMPLONA, 2011).

Monteiro Filha (1994, p.420) dispõe sobre este período:

No Período de Consolidação (1957/63), a atuação do BNDES baseou-se em critérios definidos no Plano de Metas, tendo inclusive participado de sua coordenação. A fonte de recursos mais relevante utilizada continuou a ser o adicional do imposto de renda.

Tabela 3 - Evolução da Colaboração Financeira do Sistema BNDES Aprovada em Benefício dos Setores Público e Privado . 1960/69 (Em %)

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1960	91,8	8,2
1961	90,5	9,5
1962	95,6	4,4
1963	91,0	9,0
1964	94,2	5,8
1965	67,4	32,6
1966	58,1	41,9
1967	65,5	34,5
1968	45,8	54,2
1969	40,1	59,9

Fonte: Najberg, 1989, p.353.

Analisando a tabela 3 em 1960 o investimento no setor público era de 91,8% enquanto que no setor privado foi de 8,2%; este cenário se altera no ano de 1968 quando houve a inversão de aprovações para o setor privado em relação ao setor público. Em 68 o montante de crédito para o setor privado é 8,4% maior que ao setor público e no ano seguinte essa diferença já se eleva passando para 19,8%.

No ano de 1965 após os militares assumirem o poder, visualiza se uma elevação do crescimento do setor privado de 5,8% para 32,6%, neste ano tem se um replanejamento econômico nacional com o PAEG. O referido plano envolvia importantes reformas estruturais nos setores financeiro, tributário e no mercado de trabalho (GIAMBIAGI et al 2005), conforme mencionado no capítulo anterior. Essas reformas tiveram essencial contribuição para o desenvolvimento do país, viabilizando a retomada do investimento.

Sobre este período Redivo e Cario (2013, p.13 *Apud Najbeg, 2002*) mencionam:

Porém, no período seguinte, entre 1965 e 1967, há um aumento significativo da participação do setor privado nas aprovações do BNDES. Sobre isso, Najberg (2002) afirma que os governos militares passaram a 'ter uma conduta eminentemente privatista', refletida no crescimento dos recursos disponibilizados ao setor privado. Esta mudança de ótica estimulou o financiamento de pequenas e médias empresas, através de rede de bancos de desenvolvimentos locais, além da comercialização de máquinas e equipamentos. É neste bojo que está envolvido a criação da FINAME, e também a maior participação da indústria de transformação no total de recursos aprovados pelo Banco.

Junto com os primeiros anos da década de 60 vieram às dívidas de tantos investimentos a pagar. Neste período o Brasil enfrentava desequilíbrio na balança de pagamentos, déficit público, inflação e estava com incapacidade de estrutura financeira, dificuldades estas que emergencialmente necessitavam serem resolvidas. Para combater a inflação foi reduzido o crédito, controlado os salários e a emissão de moeda. Em combate ao déficit foram elevadas as tarifas e instituído a correção monetária dos títulos da dívida pública. A indexação foi permitida através da lei 4.357, de 1964, para todos os ativos fixos e impostos atrasados e também por esta mesma lei, estabeleceu-se um novo título do governo, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). Inicialmente foi criada para ser uma medida transitória, a indexação (ou correção monetária, como ficou conhecida) acabou sendo incorporada como um dos instrumentos da economia brasileira a partir de 1964. (BNDES, 2002).

Contudo isto o cenário era propício ao crescimento e a modernização, e o BNDES era um dos alicerces que manteriam tantas modificações. Para o Banco, a década de 60 seria a década de grandes desafios, de se criar novos instrumentos, capazes de responder à nova dinâmica do país.

Tabela 4 – Aprovações BNDES segundo Ramos e Gêneros de Atividade: 1961/1964 e 1965/1967 – Valores anuais médios, R\$ milhões de 2011 e %.

Setor	1961/1964	%	1965/1967	%
Insumos Básicos	3.114,17	62,14	7.431,05	61,54
Mineração	-	-	-	-
Siderurgia	2.795,59	55,79	6.099,48	50,51
Meta-lurgia	60,85	1,21	200,45	1,66
Química e Fertilizantes	246,99	4,93	854,31	7,08
Celulose e Papel	3,58	0,07	186,13	1,54
Produtos de Minerais Não-Metálicos	7,16	0,14	90,68	0,75
Equipamentos	175,40	3,50	1.293,39	10,71
Mecânicos Elétricos	25,06	0,50	711,13	5,89
Material de Transporte	150,34	3,00	582,27	4,82
Outras Indústrias	39,37	0,79	1.269,53	10,51
Têxtil e Calçados	-	-	291,13	2,41
Produtos Alimentares	25,06	0,50	377,04	3,12
Outras	14,32	0,29	601,36	4,98
Infraestrutura - exc lusive transportes	1.553,50	31,00	1.641,80	13,60
Energia Elétrica	1.553,50	31,00	1.641,80	13,60
Outros Setores	-	-	-	-
Infraestrutura Transportes	28,64	0,57	9,55	0,08
Ferroviário	28,64	0,57	-	-
Rodoviário	-	-	-	-
Hidroviário	-	-	9,55	0,08
Outras Atividades	100,23	2,00	429,54	3,56
Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-	-	415,22	3,44
Distribuição	100,23	2,00	14,32	0,12
Outras	-	-	-	-
Total	5.011,31	100,00	12.074,86	100,00

Fonte: Redivo e Cario (2013) Prochnik (1995).

Conforme dados apresentados na Tabela 4 o ramo que mais recebeu aprovação do BNDES foi o de insumos básicos com 62,14% no período de 1961/1964 com R\$ 3.114,17 milhões do total de R\$ 5.011,31 milhões, destacando-se o setor de siderurgia. No período seguinte de 1965/1967 percebe-se uma pequena redução para 61,54% com R\$ 6.099,48 milhões do total de R\$ 12.074,86 milhões, no entanto continua a ser o ramo em que mais recebeu investimento. Confrontando dos dados do primeiro período da Tabela 1 com os da Tabela 2, verifica-se um salto de 5,80% para 62,14% no setor de insumos básicos. Esse crescimento continua nos períodos seguintes, isto foi o resultado dos investimentos feitos na década anterior, confirmando que o BNDES ampliou os seus desembolsos para outros ramos.

Um dos destaques no período de 1961/64 foi à fundação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás, 1962) onde planejou projetos voltados ao setor de energia elétrica assim o banco teve maior disponibilidade de recursos para serem aplicados em outros setores. Conforme Monteiro Filha (1994, p. 420):

Com o fim dos grandes projetos de indústrias básicas (siderurgia) e tendo sido criadas as holdings Eletrobrás e RFFSA, o Banco passou a ter maior disponibilidade de recursos para incentivar a implantação de indústrias em outros setores, levando assim a ciclos de investimentos setoriais, que se distribuíam por diversas áreas da economia. Os planos de desenvolvimento seguintes indicavam, então, maior gama de setores para os quais deveriam ser estabelecidas políticas governamentais e que deveriam contar com o apoio do BNDES, que passou a atuar através de um número maior de programas de apoio financeiro, no período de diversificação (1964/73). Os maiores montantes de colaboração financeira continuaram a se concentrar nos setores siderúrgico e de transporte, sendo que as fontes de maior peso na composição de recursos continuaram a ser compulsórias.

O ano de 1964 foi intenso para o BNDES, além do escritório central no Rio de Janeiro e um escritório regional em São Paulo, devido à política de expansão e descentralização de suas atividades, criou-se um escritório no Recife visando atender a região nordeste. Permitindo maior acessibilidade e agilidade na análise e liberação de empréstimos e conhecer de perto a realidade e necessidade de cada região. Alguns exemplos de programas do Banco contemplados com financiamento a Cia. Alagoana de Fiação de Tecidos (AL), a Aratu – Estaleiros Navais da Bahia (BA), a Indústria Paraense de Artefatos de Borracha (PA), a Refrigeração Springer (RS) e a Indústria Têxtil Hering (SC). Visando o mercado internacional, fundou-se

também uma representação do BNDES, na embaixada brasileira em Washington para facilitar o contato com os organismos internacionais. (BNDES, 2002).

Ainda no ano de 1964, momento em que o BNDES criou a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame⁷) que visava estimular a indústria nacional de máquinas e equipamentos, como forma de colaborar para o crescimento da economia (PAMPLONA, 2011). Principais objetivos eram: aumentar a competitividade entre as indústrias, incentivar a produção e financiar a compra e a venda de máquinas e equipamentos Onde era exigido que alguns componentes fossem fabricados no Brasil garantindo que a nascente indústria brasileira tivesse produção e venda. Os recursos do fundo eram oriundos de:

- Empréstimos e doações internacionais, nacionais e estrangeiras;
- Agentes financeiros da União ou dos Estados captadas pelo BNDES no mercado interno e externo;
- Rendimentos das próprias operações da Finame.

Sobre a importância do Finame vale destacar a entrevista de José Mauro Carneiro da Cunha⁸, BNDES (2002, p.38):

No início dos 60 já tínhamos criado a Finame, que foi o primeiro instrumento do País para o crédito à pequena empresa. O apoio a este segmento, portanto, já é uma tradição do BNDES que se estende por mais de trinta anos. Eu ousou afirmar que hoje nós temos um dos maiores sistemas bancários integrados do mundo, com mais de dez mil pontos de venda de produtos do BNDES. E a Finame foi a precursora disso. Criada para fortalecer o setor de máquinas e equipamentos, começou apenas neste setor, mas já considerando que o comprador poderia ser uma empresa muito pequena. Foi uma idéia revolucionária para a época, principalmente para a instituição que era o BNDES. A Finame foi o embrião de todo o apoio à pequena e média empresa.

O BNDES logo percebeu a falta de mão de obra especializada tanto dentro do Banco quanto no desenvolvimento industrial. Assim surgiu o Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec, 1966) incentivando a educação através do financiamento de certos cursos de pós-graduação, até então raros no país. Os primeiros que receberam auxílio foram a UFRJ e a PUC-RJ. Outro objetivo

⁷ Pelo Decreto 59 170, de setembro de 1966, o Finame se transformaria em autarquia, com o nome Agência Especial de Financiamento Industrial. Conservou-se a sigla, mas mudou-se o gênero: agora, dizia-se “a Finame”. (BNDES 2002)

⁸ Entrevista concedida em 2002 para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”. José Mauro Carneiro da Cunha, vice- presidente do BNDES.

foi investir na formação de técnicos e engenheiros operacionais através da Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro. E a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP conveniada com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e com a Universidade de Delft (Holanda), recebeu verbas para plantar um curso de extensão em administração de empresas. Com o passar do tempo outro foco do Funtec foi à modernização de máquinas e equipamentos de centro de pesquisas (BNDES 2002). Com o auxílio do Funtec foi reequipado o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), subordinado ao ministério da Aeronáutica que se tornou o núcleo da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) que atualmente fabrica e exporta aviões de alta tecnologia (BNDES, 2002).

Na tabela 4 apresenta se pela primeira vez na década de 60, crédito concedido ao setor de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico no período de 1965/67 de 3,44%; logo após a criação do Funtec. Com o país se modernizando, a preocupação do BNDES era qualificar mão de obra nacional para ocuparem cargos que surgiam juntamente com a expansão da indústria.

Além da Finame e Funtec outras criações desta década tiveram grande relevância no desenvolvimento brasileiro (BNDES 2002) dentre os quais se destacam:

- Em 1965 o Programa de Financiamento de às Pequenas e Médias Empresas (Fipeme⁹) e o Fundo Agroindustrial de Reconversão (Funar¹⁰),
- Em 1966 o Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro¹¹) e reformulado em 1967
- Em 1967 o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Cebrae¹²),

⁹ Utilizando recursos não só dos agentes financeiros do próprio Fipeme, mas também do BNDES, do BID e do banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)

¹⁰ Responsável pela administração dos recursos oriundos da Lei do Estatuto da Terra, confiados ao BNDES. Com o Funar, financiavam-se projetos de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial.

¹¹ Reformulado em 1967, quando teve aumento dos recursos a ele destinados pelo BNDES. Expandiram-se ainda a área de atuação e os meios de incentivo do Fundo na indústria, agropecuária, mineração, comercialização e serviços básicos. Em 1968, ampliou atenção aos estudos setoriais, à criação de núcleos de produtividade em todo o país e aos repasses através de bancos regionais e estaduais.

¹² Anos depois o Cebrae desvincula-se do Sistema BNDES é transferido para o ministério do Planejamento e muda sua designação para Sebrae.

- Em 1968 o Fungiro criado para financiar capital de giro às empresas.

É importante ressaltar que a criação do Banco Central do Brasil¹³, bem como do Conselho Monetário Nacional¹⁴ revelaram-se momentos marcantes para a economia brasileira, especialmente em virtude da definição da política monetária.

Com base em Machado (2009, p. 83):

A partir de 1965 fundou-se o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, que vieram definir a política monetária, fixando as taxas de juro e as regras de concessão de crédito. A lei que ordenou o mercado de capitais definiu os tipos de instituição financeira, demarcando-lhes o âmbito e regulamentando as formas de captação. Dessa forma, surgiu um sistema que responderia às diferentes demandas, desde o crédito direto ao consumidor até os grandes financiamentos para as obras de infraestrutura e a indústria de base.

Outros setores foram valorizados nas diferentes fases da economia, destacando a segunda fase, momento em que ocorreu o aumento das importações e, conseqüentemente, gerou o crescimento no volume de produtos fabricados no país. Silva (1986) destaca que o segundo ciclo ocorreu no período correspondente ao ano de 1962 até 1967, quando houve uma desaceleração do crescimento da economia brasileira, interrompendo um momento de evolução significativa da mesma. Com uma profunda aceleração inflacionária em 1962 em torno de 50% (IBGE, 2003).

Vários fatores motivaram a desaceleração do crescimento da economia brasileira, entre eles: “[...] evolução da relação capital-produto; sobre investimento nos setores dominantes; deterioração da balança de pagamentos; escassez de fontes de financiamento internas e externas e, como causa e consequência, a aceleração inflacionária” (ANDRADE, *et. al.*, 2012, p. 4).

Segundo BNDES (2002, p.25) a partir de 1967 iniciou-se a superação da crise e a retomada do investimento. Já no ano seguinte constatou-se que a economia cresceu cerca de 9,3% devido ao desempenho industrial que elevou-se para 15,5%.

¹³ Criada pela lei nº. 4.595, de 31.12.1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências Substituiu a antiga Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) e algumas funções então exercidas pelo Banco do Brasil.

¹⁴ Conselho Monetário Nacional – Órgão federal criado em 31.12.1964 Art. 2º da lei nº 4.595 onde se extingue a Sumoc, criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País pela lei que implantou a reforma bancária no país.

Outra questão relevante acerca da segunda fase é que ocorreu também um atraso na produção agrícola interna devido ao aumento das exportações, levando o governo a investir no crescimento industrial relacionado à produção de máquinas agrícolas para motivar um volume maior das importações (SANTOS, 2009).

Após um período de consolidação, que perdurou até o início da década de 1960, o BNDES passou a disponibilizar mais recursos visando incentivar a implantação de indústrias em diferentes setores, não mais se limitando a setores básicos como siderurgia, expandindo seus financiamentos para várias outras áreas, surgindo um período de diversificação, até início da década de 1970

Apesar de diversificar os setores, o BNDES manteve predominante, a colaboração financeira pra indústrias siderúrgicas e de transporte, com fontes que permaneciam em grande parte, compulsórias.

Conforme BNDES (2002, p.24)

Em 1965-6, elevava-se para 20% a parcela do Imposto de Renda destinada ao BNDES. No ano seguinte, ela foi reduzida para 10%, com posterior devolução aos contribuintes, em ações de sociedades anônimas que eram propriedade do Banco. Em 1967, este começou também a receber dotações consignadas anualmente pelo Orçamento da União, com o produto do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), surgido quando se reformulara todo o sistema financeiro.

A década seguinte foi marcante para o BNDES, pois ele afirmou-se enquanto empresa pública, através da Lei nº. 5.662¹⁵ de 1971, passando a apresentar personalidade jurídica de direito privado e ainda apresentar patrimônio próprio (MACHADO, 2009).

Para Machado (2009, p. 80):

Um exemplo de atuação do banco é que, as empresas brasileiras de máquinas e equipamentos precisam do suporte financeiro do BNDES para enfrentar, até mesmo no mercado brasileiro, a concorrência dos produtos estrangeiros financiados no longo prazo pelos respectivos *Eximbanks*. Na prática o direcionamento do crédito é um dos principais instrumentos que os governos dispõem para atender a diferentes demandas da sociedade. Possui ainda a vantagem de poder prescindir ou substituir o uso de recursos fiscais, sem grande perda de eficácia.

É notável que o BNDES atue em diversos segmentos, como de tecnologia, energia elétrica, transporte, etc, favorecendo empresas brasileiras para que

¹⁵ Enquadra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) na categoria de empresa pública, e dá outras providências.

permaneçam no mercado e contribuam para o crescimento econômico do país. Um exemplo marcante é apresentado pelo autor supracitado, que revela que empresas de máquinas e equipamentos recebem suporte financeiro do BNDES, conseguindo, dessa forma, se manterem competitivas (MACHADO, 2009).

Tabela 5 - Evolução da Colaboração Financeira do Sistema BNDES Aprovada em Benefício dos Setores Público e Privado . 1970/79 (Em %)

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1970	34,6	65,4
1971	34,0	66,0
1972	21,8	78,2
1973	24,2	75,8
1974	33,5	66,5
1975	22,6	77,4
1976	18,9	81,1
1977	20,8	79,2
1978	13,0	87,0
1979	17,0	83,0

Fonte: Najberg, 1989, p.353.

Na tabela 5 apresenta a continuidade na década de 70, da inversão de créditos aprovados ao setor privado iniciado no ano de 1968, demonstrado na tabela 3. No período de 1970/79 destaca se o ano de 1978 onde as aprovações entre os setores quase atinge em seis vezes de diferença a favor do setor privado.

No período de 1967/73 uma das estratégias do governo era a diminuição da participação do setor público e que o setor privado fosse estimulado.

Conforme Lago (1989 p.236)

“Os investimentos governamentais deveriam concentra-se em infra-estrutura (Energia, Transportes e Comunicação), Siderurgia, Mineração, Habitação, Saúde, Educação e Agricultura...evitando-se um pressão excessiva sobre o setor privado e promovendo-se uma redução progressiva da participação do setor público no investimento global”

Houve uma crise no mercado externo em virtude do atraso da produção agrícola e do estímulo à importação, gerando um desequilíbrio que precisava ser sanado pelo governo. Surgiu a partir de então, a terceira fase da economia brasileira, conhecida como “milagre econômico”, que perdurou pelo período de 1968 até 1973, ocorrendo aumento da taxa média do PIB (SILVA, 1986).

Segundo Veloso *et. al.* (2008, p. 222):

O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

Durante a terceira fase ocorreram melhoras no desenvolvimento econômico brasileiro, porém, temporárias. Ressalta-se que houve um crescimento muito rápido da economia e redução da inflação, ocorrendo uma recuperação do equilíbrio econômico nesta fase (VELOSO *et. al.*, 2008).

Nota-se que na primeira fase houve crescimento rápido da economia, na segunda fase ocorreu uma desaceleração econômica, essa situação foi superada, de forma acelerada, na terceira fase.

Tabela 6 – Aprovações BNDES segundo Ramos e Gêneros de Atividade: 1968/1973 e 1974/1979 – Valores anuais médios, R\$ milhões de 2011 e %.

Setor	1968/1973	%	1974/1979	%
Insumos Básicos	9.349,67	35,73	65.287,77	47,72
Minação	241,02	0,92	2.398,27	1,75
Siderurgia	2.352,93	8,99	29.206,37	21,35
Meturgia	1.639,41	6,26	6.617,31	4,84
Química e Fertilizantes	2.453,15	9,37	14.303,70	10,46
Celulose e Papel	1.434,19	5,48	7.366,62	5,38
Produtos de Minerais Não-Metálicos	1.228,96	4,70	5.395,51	3,94
Equipamentos	2.264,63	8,65	9.111,03	6,66
Mecânicos Elétricos	1.059,53	4,05	6.896,51	5,04
Material de Transporte	1.205,10	4,61	2.214,52	1,62
Outras Indústrias	6.058,91	23,15	15.286,87	11,17
Têxtil e Calçados	1.355,44	5,18	3.345,64	2,45
Produtos Alimentares	1.503,39	5,75	4.889,60	3,57
Outras	3.200,08	12,23	7.051,62	5,15
Infraestrutura - exclusiva transporte	1.904,30	7,28	25.342,89	18,52
Energia Elétrica	937,83	3,58	19.801,82	14,47
Outros Setores	966,47	3,69	5.541,07	4,05
Infraestrutura - Transportes	4.433,81	16,94	15.912,09	11,63
Ferroviário	1.713,39	6,55	11.492,60	8,40
Rodoviário	2.099,98	8,02	2.892,24	2,11
Hidroviário	620,45	2,37	1.527,26	1,12
Outras Atividades	2.157,25	8,24	5.870,39	4,29
Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	813,74	3,11	381,81	0,28
Distribuição	978,40	3,74	2.302,81	1,68
Outras	365,11	1,40	3.185,76	2,33
Total	26.168,56	100,00	136.811,04	100,00

Fonte: Redivo e Cario (2013) apud Prochnik (1995).

Na década de 70 conforme tabela 5 destaca se o setor de insumos básicos com aprovações de 35,73% no primeiro quinquênio para 47,72% no segundo. Seguido do setor de energia elétrica de 3,58% para 14,47%.

No ano de 1973 fundou se a Siderurgia Brasileira SA (Siderbrás, 1973) que implantou projetos específicos dando suporte ao setor de bens duráveis. (BNDES, 2002). Esse investimento refletiu no segundo período da década de 70 com o crescimento das aprovações de crédito para o setor de siderurgia de 8,99 % para 21,35%.

Outro ramo que recebeu forte incentivo foi o setor de mineração no período de 1968/73 os créditos concedidos eram de 0,92% no período seguinte quase duplicou se para 1,74%, esse ramo era fundamental para a exportação, com jazidas em Minas Gerais e no Pará no qual demandam portos e estradas apropriados para o transporte dos minérios, beneficiando o consumo interno e externo e a circulação de outros produtos (BNDES, 2002).

Observa se também que o total de aprovações no período de 1968/73 são bem maiores no segundo momento que compreende os anos de 1974/79.

Em 1972 tem início o I Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁶ (I PND) que vigorou até o ano de 1974.

No mesmo ano iniciou se o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁷ (II PND), com o apoio¹⁸ do BNDES prioriza os investimentos em bens de capital, insumos básicos, fazendo com que o Brasil formasse o maior parque industrial da América Latina (BNDES 2002).

Para Monteiro Filha (1994, p. 420):

No Período do II PND (1974/78), o BNDES voltou a concentrar recursos, principalmente em insumos básicos (siderurgia, química e petroquímica, papel e celulose e metalurgia de não-ferrosos) e bens de capital. Foi dada ênfase ao apoio à empresa privada nacional de acordo com as diretrizes desse plano. Os recursos do PIS/Pasep tornaram-se a principal fonte do Sistema BNDES. Com a criação das subsidiárias Ibrasa, Fibase e Embramec, o Sistema passou a ter participação acionária nas empresas. Cabe destacar, nesse período, a concessão de financiamentos com correção monetária limitada a 20% a.a., que é uma forma de capitalização indireta, demonstrando o grande empenho do governo na montagem de um parque industrial de insumos básicos e de bens de capital.

¹⁶ Elaborado no Governo Medici através do documento “Metas e Bases para a ação do Governo” publicado em 1972. (Lago p. 237)

¹⁷ Referente ao modelo de ajuste externo adotado no Governo Geisel(mandato de 1974-79) em 1974, materializado através do II PND. Tratava-se de investimentos suntuosos nos setores públicos e privados (Giambiagi 2005)

¹⁸ Em entrevista concedida ao livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, 2002-João Paulo dos Reis Velloso-Coordenador do Fórum Nacional, presidente do Instituto de Mercado de Capitais – Ibmecc, ministro do Planejamento (1969-79) – “Na época do II PND, fomos muito mais ambiciosos, porque o presidente Geisel transferiu para o BNDES a gestão do PIS-Pasep. Com isso, o Banco ganhou recursos muito mais estáveis e uma nova dimensão e passou a ser um dos grandes bancos de desenvolvimento do mundo. No II PND, tinha-se a idéia de construir um modelo brasileiro de capitalismo industrial, isto é, de permitir que as empresas nacionais se tornassem grandes em setores dinâmicos. Havia também as duas prioridades básicas do II PND: a área de insumos básicos – setores intermediários como siderurgia, petroquímica, papel e celulose e metais não-ferrosos – e a de bens de capital. Foi essa a verdadeira revolução que se fez no BNDES. Ele cumpriu muito bem sua função de financiar o investimento nas grandes prioridades nacionais, com ênfase para o setor privado, sobretudo a empresa nacional. “

Em 1974, quando o Banco passou a gerenciar os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criados no início da década com uma parcela do lucro das empresas, formando um fundo dos trabalhadores. Com o PIS-Pasep aumentou significativamente a arrecadação dos recursos para o BNDES e consecutivamente o apoio aos investimentos.

O Fundepro foi substituído em 1970 pelo Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI) ampliando os recursos e o suporte do BNDES as empresas.

Ainda em 1974, surgem três novas subsidiárias do BNDES, quais sejam, Mecânica Brasileira S.A. (Embramec), a Insumos Básicos S.A. Financiamento e Participações (Fibase) e a Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa). As referidas subsidiárias permitiram a disponibilização de capitalização para empresas nacionais com participação acionária, o que representou uma ação muito importante para o estímulo ao crescimento econômico do país.

No decorrer deste ano, o BNDES criou o Programa de Operações Conjuntas (POC) em substituição ao Fipeme. O POC dava autonomia aos agentes financeiros: onde analisavam os pedidos de crédito e conseqüentemente assumiam o risco das operações.

Também em 1974 teve início a quarta fase, que perdurou até 1980, com nova desaceleração da economia, motivada especialmente, pela queda das taxas médias do PIB, gerando um novo momento de preocupação.

Segundo Carneiro (2002 *Apud* SANTOS, 2009, p. 5) comenta:

Em meados da década de 1970 se deu o marco do esgotamento de um longo ciclo de prosperidade do capitalismo. O comércio mundial perdeu seu dinamismo, houve o aumento da inflação e a elevação das taxas de juros. Conseqüentemente, ocorreu a desaceleração do crescimento nos principais países industrializados. Neste contexto o ciclo de inovações recuou, conduzindo à redução do ritmo de incorporação de novas técnicas, passando assim a constituir-se num obstáculo a expansão capitalista.

Conforme se percebe, a quarta fase representou um momento de queda da economia, com aumento significativo da inflação, assim como dos juros, reduzindo o crescimento econômico, em especial, das indústrias. Ressalta-se que a desaceleração do crescimento da economia das grandes potências indústrias refletiu

em todo o mundo, havendo um período de estagnação do crescimento da economia, com redução de investimentos e implementação de novas técnicas, o que afetou a expansão do capitalismo.

Para Santos (2009), na quarta fase, em virtude da crise enfrentada pela economia brasileira, houve aumento da dívida externa do país nos setores público e privado, situação preocupante, que se manteve até o final de 1980. No ano seguinte teve início a última fase da economia brasileira, que perdurou até 1983.

No início da década de 1980 um novo período que antecedeu uma crise marcante teve início, havendo maior disponibilidade de recursos financeiros para setores voltados para siderurgia e energia elétrica, demandando-se neste período, a elaboração de estratégias de atuação bem organizadas para melhor corroborar para o desenvolvimento econômico do país.

A década de 1980 se iniciou com uma crise econômica internacional, que freou o crescimento da economia brasileira, uma vez que houve aumento nas taxas de juros em todo o mundo, aumentando a dependência do Brasil diante do mercado financeiro internacional (PAMPLONA, 2011).

A crise refere-se ao aumento do preço do petróleo e elevação dos juros que abalaram as contas externas. Ainda em 1982 houve a moratória do México gerando desconfiança em relação aos países em desenvolvimento dificultando a negociação com credores e investidores estrangeiros.

Em sua origem o referido banco era denominado apenas Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), mas seu crescimento e o fato de precisar atender outra esfera fez com que em 1982 fosse inserida a letra “S” ao final da sigla, incluindo o aspecto social.

Sobre essa alteração ocorrida, escreveu Lundberg (2011, p.10):

O BNDE foi transformado em empresa pública federal pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, dotado de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, aumentando sua autonomia e flexibilidade administrativa. Com o Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, foi instituído o Fundo de Investimento Social (Finsocial) no âmbito do BNDE, que passou a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de administrar e aplicar recursos públicos em programas e projetos de interesse governamental.

Em 1982 houve a fusão das subsidiárias Embramec, Fibase e Ibrasa tornado se a BNDES Participações SA (BNDESPAR) de acordo com Lundberg (2011, p.11)

“[...] é uma subsidiária que tem por objetivo fortalecer a estrutura de capital das empresas privadas brasileiras, mediante participação acionária e aquisição de debêntures conversíveis”.

Em 1983, o PIB decresceu 5%, a pior taxa de desempenho desde que se criara a contabilidade da renda nacional resultando no declínio de 7,3% na renda per capita brasileira. A taxa de emprego também caiu. Sendo o setor industrial o mais atingido, principalmente o de bens de capital, conseqüentemente reduziu se a arrecadação Pis-Pasep diminuindo fonte de recursos do banco. (BNDES 2002).

Sobre este período vale ressaltar Monteiro Filha (1994, p. 421):

No entanto, com a deterioração do balanço de pagamentos e a aceleração inflacionária, no Período de Crise (1982/89), o BNDES atravessou uma fase de falta de definição clara de prioridade. Os setores que obtiveram maior colaboração financeira foram siderurgia, energia elétrica, transporte e armazenagem. Continuou a aumentar o número de setores financiados, embora o montante de colaboração financeira aprovada tenha sido reduzido, em face das dificuldades ocasionadas pelo estrangulamento financeiro do Estado.

E após estabilização dos índices econômicos em 1983, criou-se o Programa de Apoio ao Incremento das Exportações (Proex), cujo “[...] objetivo era apoiar as empresas brasileiras que assumissem o compromisso de cumprir metas bienais de aumento das exportações.” (BNDES, 2002 p. 21)

Com a criação na década de 80 do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) que visava minimizar a desigualdade social que se intensificou nos anos anteriores, havendo maior investimento a programas de alimentação, habitação popular, saúde, educação e apoio a pequeno agricultor, com o apoio do BNDES, que colocou em prática um planejamento estratégico marcante (MACHADO, 2009).

Além de impulsionar o desenvolvimento econômico coube ao BNDES dar ênfase a área social e concentrou esforços em obter recursos para investimento em programas de alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor. Principalmente após 1986 quando foi regulamentado o Finsocial.

Ainda na década de 80, foi criado o Programa de Conservação do Meio Ambiente (Conserve) que visava controle da poluição em áreas urbanas, industriais e rurais.

A partir de 1984, o BNDES revisou sua estratégia de planejamento de longo prazo. No Plano Estratégico de 1985-7, previu-se que o Brasil alcançaria resultados positivos futuramente saíria da crise, e que os investimentos feitos nas décadas anteriores, refletiriam em um novo ciclo de crescimento.

Vale mencionar BNDES (2002 p.22)

E, a começar de 1984, houve mesmo uma discreta, mas firme, retomada do crescimento. Em 1984, o PIB per capita se elevou 1,6%; em 1985, esse índice foi de 6%. O consumo interno voltou a crescer, acelerando o aproveitamento de fatores de produção ociosos. No setor externo, registrou-se superávit de cerca de US\$ 12 bilhões, e as obrigações externas estabilizaram-se em torno de US\$ 100 bilhões.

No final do ano de 1985 o Banco promoveu a primeira grande oferta pública no país com a venda dos papéis da Petrobrás, na qual arrecadou-se cerca de US\$ 40 milhões, milhares de brasileiros que nunca adquiriram ações participaram deste investimento.

Em 1988 o BNDES passou a administrar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), passando a ser a principal fonte de recursos do Banco. Através do artigo 239 da Constituição Federal determinou-se que o PIS e o PASEP fossem incorporados ao FAT e destinados a custear o seguro-desemprego, o abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico do BNDES. Sob administração da Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil ficando a cargo do BNDES a aplicação destes recursos (Lundberg 2011). Onde, 60% se destinam a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e, 40% restante ao BNDES para aplicação em programas de desenvolvimento econômico. (BNDES 2014)

A quinta fase foi marcada por uma recessão na economia, que resultou em redução nas taxas de crescimento do PIB, levando o governo à tomada de uma série de medidas, adotando políticas recessivas de ajustes que foram sugeridas pelo FMI (SILVA, 1986).

Conforme estudos de Rangel (1984 *Apud* SILVA, 1986, p. 114):

No Brasil, a inflação se correlaciona com a conjuntura e integra a “síndrome da recessão”. A inflação não resulta da expansão unilateral da demanda, porque acontece quando a demanda é mínima, regredindo quando a demanda global cresce. E isso acontece, segundo o autor, porque nas fases dos ciclos, o sistema é, nas nossas presentes condições, confrontado com

uma contração unilateral da oferta. Isto porque a economia está fortemente oligopolizada, possibilitando a administração da oferta e dos preços pelas empresas.

A crise que motivou o surgimento da quinta fase foi muito séria, representada por uma crescente inflação, com demanda mínima interna, enquanto no âmbito global, a mesma crescia. Esse aumento nas taxas inflacionárias ocorreu devido à nova nota política adotada pelos Estados Unidos, fazendo com que a moeda americana reassumisse um papel de destaque na economia mundial e gerando crescimento nas taxas de juros que levaram a uma recessão mundial (SILVA, 1986).

Apesar de parte dos autores analisados apresentarem apenas cinco fases, é relevante pontuar um novo momento para a economia, que teve início em 1990 e perpetua até o presente momento. O referido momento é caracterizado por uma reformulação da estrutura econômica, com rompimento de barreiras tarifárias, abertura das importações, mesmo as que eram proibidas e ainda, redução de várias tarifas (SANTOS, 2009).

Na década de 1990 surgiu uma nova fase para a economia brasileira, com minimização da crise vivenciada na década anterior, ocorrendo aumento nos investimentos do BNDES, principalmente para o setor de privatização, comércio e serviços.

Santos (2009, p. 9) explica:

Essa década foi marcada por um processo intensivo de privatizações (desencadeado a partir do Governo Collor, (1990-1992), pelo recuo das reivindicações do mundo do trabalho, pelas modificações na legislação e na organização dos sindicatos, bem como na legislação de greve). Sendo que as metas e objetivos das políticas de desenvolvimento foram definidos a partir da política econômica em detrimento do social.

Frise-se que o BNDES passou a ser considerado o principal órgão responsável por gerir e financiar as privatizações de empresas estatais no Brasil, o que fez com que o referido banco crescesse ainda mais, ampliando seu foco de atuação através do apoio à internacionalização de empresas brasileiras (VALDEZ, 2011).

Para se manterem no mercado, muitas organizações brasileiras precisaram buscar meios de promover seu próprio financiamento, ocorrendo uma redefinição

das diretrizes do BNDES a partir da década de 1990, como forma de corroborar para o crescimento do setor industrial do país.

Segundo Prates (2000, p. 86-87):

Nos anos 90, o BNDES passou por profundas mudanças, associadas à emergência de uma “nova estratégia de desenvolvimento”. A redefinição do seu papel começou quando se tornou a instituição gestora do *Plano Nacional de Desestatização* (PND), elemento central da redefinição do papel do Estado e um dos pilares do novo modelo de desenvolvimento, ao lado da abertura econômica e da estabilização. Contudo, somente a partir de 1994, a atuação do banco tornou-se plenamente articulada às diretrizes desse modelo de desenvolvimento. Essa “demora” na redefinição das suas linhas de atuação decorreu dos próprios percalços enfrentados pelo governo de Fernando Collor de Mello na implementação das chamadas reformas estruturais, devido a fatores tanto políticos (falta de apoio do Congresso, processo de impeachment), quanto econômicos (dificuldades no processo de estabilização de preços).

Nota-se que várias mudanças ocorreram em relação ao BNDES, motivadas pela necessidade de se buscar meios de estimular o desenvolvimento econômico do país.

Em 1991 o BNDES através da Lei complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, perdeu os recursos oriundos do Finsocial, passando a arrecadação para a Contribuição Social do Financiamento da Seguridade Social (COFINS) voltado exclusivamente para arcar as atividades das áreas da saúde, previdência e assistência social. A partir de tais mudanças os recursos do FAT e do Pis/Pasep foram os principais as fontes de recursos das operações do BNDES (LUNDBERG 2011).

Neste mesmo ano, foi implantado o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), para dar suporte de crédito na modalidade pós-embarque às exportações, e a equalização de taxas de juros em financiamentos de exportações de microempresas, pequenas e médias empresas (MPMEs). (Morais 2008)

Em 1995, fundou-se o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), com recursos do FAT, financiando crédito a MPMEs, a microempreendedores informais e a outros ramos com dificuldades de acesso ao crédito, por meio de instituições financeiras oficiais federais. (Morais 2008)

Ainda na década de 1990 o Banco foi designado gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), coordenou o Programa Nacional de Desestabilização (PND)

foi criado pela Lei nº. 8.031, de 12.04.1990¹⁹ sendo esta sua atribuição ao longo do período. Foram realizados diversos leilões e privatizações (BNDES 2014) dentre os quais se destacam:

- Entre 1991/92 foi vendida a Usiminas, feseestatização de 18 empresas nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímicas.
- Em 1993 com o leilão da CSN, da Cosipa, da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da Piratini, da Acesita, da Cosinor e da Açominas e com o início do processo de liquidação da Siderbrás.
- Em 1994, realizaram-se 22 leilões.
- Em 1995 a venda da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa)
- Em 1996 foi a passagem da Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), as privatizações se prolongam aos estados e municípios
- Em 1997 Campanha Vale do Rio Doce
- Em 1998, a venda das empresas do Sistema Telebrás (com 12 leilões), considerada a maior operação de privatização na área de telecomunicação do mundo.

Com alteração na lei 8987/95²⁰, foi fundamental para definir o novo regime de concessão de serviços públicos, aplicável à energia elétrica e ao sistema de transportes.

Ainda no ano de 1995 foi fundado o Conselho Nacional de Desestatização (CND) em substituição a antiga Diretoria e conclusão das privatizações das estatais do setor industrial. Iniciando uma nova fase do PND, onde os objetivos eram a melhoria nos serviços prestados a população, principalmente em modernidade de equipamentos, pesquisa e desenvolvimento, através dos recursos oriundos dos investidores.

¹⁹ Revogada pela Lei. nº 9.491, de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

²⁰ Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Tabela 6- Resultado Geral das Privatizações de 1991 a 2002 – US\$ milhões

ANO	RECEITA DA VENDA	DÍVIDA TRANSFERIDA	TOTAL
Privatizações Federais	59.531	11.326	70.857
PND	30.481	9.201	39.682
Telecomunicação	29.050	2.125	31.175
Privatizações Estaduais	27.949	6.750	34.699
Empresa Privatizada	23.818	6.750	30.568
Venda em participações	3.727	-	3.727
Concessões	404	-	404
Total	87.480	18.076	105.556

Elaboração própria com base de dados BNDES 2014

O resultado geral das privatizações realizadas no Brasil no período de 1991 a 2002 demonstrado na tabela 6 atingem US\$ 105,55 milhões no âmbito federal e estadual, o resultado inclui o valor das dívidas transferidas pelos compradores e arrecadação das vendas.

Com os dados da tabela 6 observa-se que o PND foi o programa que mais transferiu dívida do setor público para o privado com o total de US\$ 9,20 milhões. O programa inclui as desestatizações federais nos setores siderúrgico, químico, petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, informática e outros (BNDES, 2014).

No setor de telecomunicação o destaque é a desestatização do Sistema Telebrás, o governo arrecadou o total de R\$ 22 bilhões, essa operação foi mais perceptível aos brasileiros, antigamente a linha telefônica era quase inacessível por conta do alto custo para aquisição, sendo seu valor comparado a um carro no Rio de Janeiro e São Paulo (BNDES, 2002). A introdução de novas tecnologias no setor de telecomunicações logo foi percebida, com a acessibilidade das linhas fixas e celulares.

No início do PND o incentivo a compra foi realizado mediante a aceitação em grande escala das chamadas “moedas de privatização” (títulos representativos na dívida pública federal) (BNDES, 2014). São dívidas contraídas no passado pelos governos federal, estadual, municipal. Aceitas como forma de pagamento das ações das empresas estatais. Dessa forma o governo reduz o seu endividamento e liquida os compromissos financeiros provenientes dessas dívidas.

Sobre a importância do BNDES processo de privatização segue as palavras de Sérgio Besserman Vianna²¹ (BNDES 2002, p.8):

Nos anos 90 o Banco também quis dar um passo adiante, na sua visão de futuro, e esse foi um trabalho admirável de muitas frentes. A primeira delas foi o Programa Nacional de Desestatização. Acho que cumprimos o nosso dever com a sociedade brasileira ao criar, num prazo muito curto, as condições para tornar o BNDES o braço operacional do Programa Nacional de Desestatização, e principalmente por termos executado privatizações difíceis e complexas por meio de um modo de delo e de preceitos absolutamente transparentes, com a garantia do pleno respeito aos princípios éticos e de moralidade pública, e sob forte vigilância da sociedade – o que não aconteceu no processo de privatização de muitos outros países. Isso foi uma construção do corpo técnico do BNDES que a história saberá reconhecer

Também na década de 90 o Banco juntamente com o Ministério do Planejamento apoiou a elaboração e implementação do projeto Lei da Responsabilidade Fiscal ²², que consistia em mudar profundamente o regime fiscal brasileiro, com gestão fiscal responsável através do controle do gasto e do endividamento. Quando foi desenvolvido o por iniciativa do BNDES o site Banco Federativo, site especializado em finanças públicas, onde era explicado como sobre as aplicações da lei e disponibilizado todas as publicações apoiadas pelo BNDES. (BNDES, 2002)

A partir de 1997 o Banco também deu foco às operações de suporte ao exportador com o Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), criado em 1991, constitui se na BNDES-Exim, que, além dos projetos de grande porte, passou a atender as operações destinadas a pequenas e médias empresas em todos os setores da economia.

A década que dá início ao novo momento da economia foi marcada por privatizações, que se iniciaram no governo Collor e se mantiveram durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, além de mudanças na legislação e na organização de sindicatos, questões sobre greve e recuo de reivindicações trabalhistas, valendo destacar uma política econômica mais preocupada com questões sociais (SANTOS, 2009).

²¹ Em entrevista concedida ao livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, 2002, Sérgio Besserman Vianna *Diretor de Planejamento do BNDES (1996-9) e presidente do IBGE*

²² Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências. (Planalto Central)

3.2 Evolução do BNDES depois de 2000

Gradativamente o BNDES vai crescendo significativamente, tornando-se cada vez mais importante para o desenvolvimento da economia do país, por meio do oferecimento de recursos voltados para empresas brasileiras.

É válido observar que na década de 2000 houve uma intensificação ao apoio do BNDES às exportações, às micro e pequenas empresas e principalmente, à infraestrutura. O momento vivenciado pelo Brasil em sua economia, atrelado ao crescimento do BNDES motivou o crescimento econômico do país, surgindo então um momento de maior confiança na esfera econômica.

Valdez (2011, p. 45) esclarece: “[...] A partir de meados de 2002 a diretoria do BNDES aprovou as diretrizes para o financiamento de investimentos brasileiros no exterior. [...] em 2005, foi aprovada a primeira operação do BNDES na linha de internacionalização de empresas”.

Em seus estudos, Machado (2009, p. 79-80), resume o foco de atuação do BNDES em cada década, desde sua criação:

O BNDES relata no seu livro comemorativo dos 50 anos que na década de 50 sua atuação ocorreu em relação à infra-estrutura econômica (energia e transporte) e siderurgia. Nos anos 60, esteve relacionada à indústria de base, aos bens de consumo, às pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento tecnológico. Na década de 70, atuou em insumos básicos, bens de capital e substituição de importações. Nos anos 80, em energia, agricultura, integração competitiva e na área social. Na década de 90, sua ação destinou-se à infra-estrutura privada, às privatizações, ao desenvolvimento social e urbano. E no ano 2000, colocou em ação a modernização de setores produtivos, de áreas de infra-estrutura, exportação, desenvolvimento social e urbano, micro, pequena e média empresa, privatização e mercado de capitais.

Em seus estudos Fuchs (2009) apresenta um interessante resumo da organização, ambiente e estratégia do BNDES no período de 2000 até 2008 (Figura 1) o que merece destaque, uma vez que traz pontos relevantes sobre ações realizadas pelo referido banco na busca por melhorar o desenvolvimento econômico do Brasil no período.

Figura 1 – BNDES 2000 a 2008: Resumo Organização, Ambiente e Estratégia

Período	Organização	Ambiente Interno (Brasil)	Ambiente Externo	Estratégia
De 2000 a 2008	2000: Presidente Francisco Gros. 105 mil operações realizadas, (98 mil MPMEs).	2001: avaliação da Moody's colocou o BNDES como o melhor risco de crédito, dentre as empresas brasileiras avaliadas.		Plano Estratégico 2000-2005 estabeleceu sete dimensões prioritárias: desenvolvimento social, infraestrutura, exportações, modernização dos setores produtivos; MPME, atuação regional e privatização. Agenda de Mudanças: foco no cliente, gestão do conhecimento e valorização de pessoas.
	2002 – Gros foi sucedido por Eleazar de Carvalho Filho.	2003: Posse de Lula.	2003 – Conflito armado no Iraque	2003: Guia de Procedimentos Ambientais, para orientar e sistematizar os procedimentos ambientais das operações do BNDES. Fortalecimento do mercado de capitais.
	2003: Lessa Presidente. 2004: Guido Mantega Presidente. 2005: Demian Fioca presidente.	2006: Mercado de capitais tornou-se o maior financiador do setor produtivo. Aumento no volume de investimentos privados.		2004: SPID. As 7 Câmaras Técnicas e os 43 Grupos de Trabalho mobilizam cerca de 700 funcionários do BNDES. Objetivos SPID: Orientar o BNDES para o desenvolvimento do país. Implantar processo de institucionalização do saber adquirido pelo Banco. Institucionalizar sistema de planejamento integrado. Desenvolver mecanismos de articulação externa para atuação nas dimensões pública e privada.
		2006: Aumento do crédito. Exportações batendo recordes, e o mercado de capitais nunca financiou e acolheu tantas novas empresas.		2007: SABI – Sistema de Avaliação com Base em Indicadores, cujo objetivo é acompanhar e avaliar o desempenho do BNDES frente às metas estabelecidas. O acompanhamento é feito por meio de indicadores associados aos objetivos estratégicos, financeiros e organizacionais do BNDES. O planejamento estratégico para 2007 identifica a instituição como importante instrumento para a elevação do patamar de crescimento da economia brasileira.
	2007: Luciano Coutinho Presidente.		2008 Crise Mundial	Plano Estratégico 2009-2014. MISSAO: Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais. VISÃO: Ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e pró-ativa ante os desafios da nossa sociedade.

Fonte: FUCHS, 2009, p. 92

A figura 1 apresenta um breve resumo do período de 2000 a 2008 as estratégias tomadas pelo BNDES frente as situações ocorridas no ambiente interno (Brasil) e no exterior. Como se observa na figura 1 a década de 2000 apresentou planejamento estratégico e ações bem organizadas que muito contribuíram para o aumento do financiamento da economia brasileira.

O resumo da Figura 1 se estende somente até o ano de 2008, mas é importante frisar que dois anos mais tarde o que se verificou foi uma contínua consolidação do BNDES, conforme conclui Pamplona (2011, p. 106):

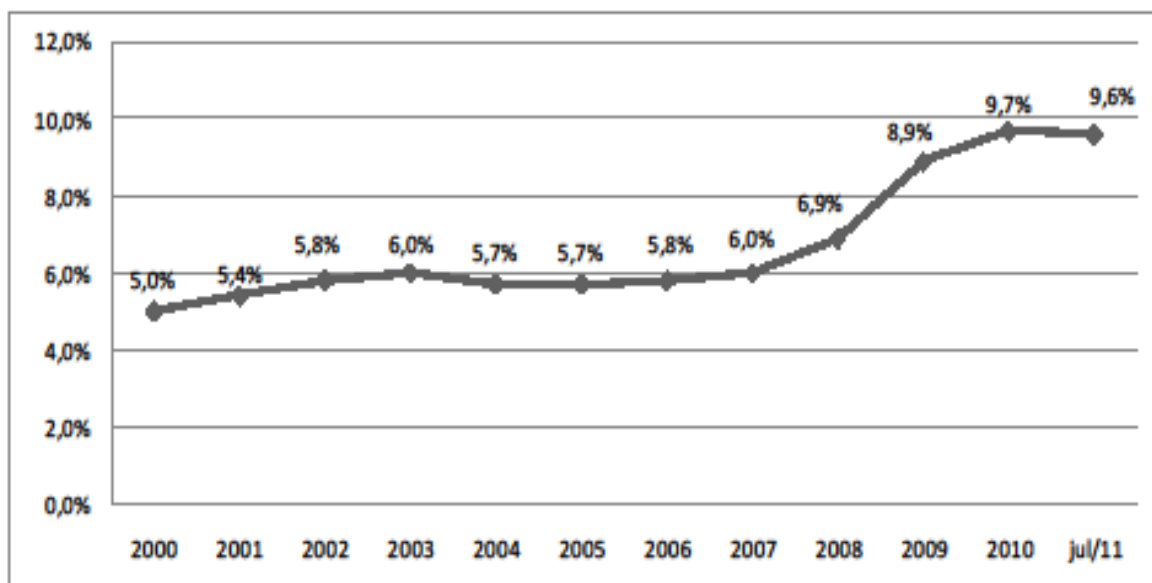
O cenário para o papel do BNDES na década de 2010 aponta para a continuidade de uma atuação relevante no financiamento ao investimento no país, tendo inclusive recebido significativos aportes de recursos do Tesouro Nacional para fazer frente às expectativas para os próximos anos.

Em 2008 devido à crise, para combater a falta de investimento externo, foi elevado à captação de recursos do Tesouro Nacional aplicados no BNDES. Em 2009 entra em vigor o art. 45 da Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009 (convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010), garantindo a continuidade dos recursos para o próximo ano e expansão das operações do BNDES.(Lundberg 2011)

No ano de 2009 foi criado o BNDES Limited com sede em Londres, em apoio às multinacionais brasileiras em operações externas (Lundberg 2011).

Como podemos observar no Gráfico 1 a evolução do crédito do BNDES a partir do ano de 2000:

Gráfico1: Evolução do crédito do BNDES – Em % do PIB (2000-2011)



Fonte: Couto, Trintim, 2012, p.11 apud Lamenza; Pinheiro; Giambiagi 2011, p. 48.

O gráfico 1 mostra a evolução do crédito concedido pelo BNDES como proporção do PIB no período compreendido entre os anos de 2000 e julho de 2011.

Observa-se que entre 2000 e 2003 a relação crédito do BNDES/PIB elevou em 1 ponto percentual (p.p.) aumentando de 5% para 6% em 2003.

Vale ressaltar o que o Torres Filho (2009, p.35) diz sobre este período:

Esse crescimento foi mais intenso entre 2000 e 2003 – ganho de 1 ponto percentual do PIB –, exatamente no momento em que a crise econômica e, conseqüentemente, a retração do mercado financeiro tornavam-se mais agudas. Entre 2003 e 2007, quando houve a nova fase expansionista, o crédito do BNDES frente ao PIB apresentou relativa estabilidade. Entretanto, a partir de junho daquele último ano, novamente seu ativo de crédito voltou a crescer acima do PIB, atingindo 6,06% em abril de 2008 – um ganho de 0,5 ponto percentual desde então.

De 2004 a 2007 aumentou apenas 0,3 p.p. Como pode se ver no gráfico 1 a participação do BNDES no crédito como proporção do PIB volta apresentar crescimento, passando de 6% em 2007 para 9,6% em julho de 2011. Devido ao empenho do governo no direcionamento do crédito para frear os efeitos negativos da escassez de recursos na economia que caracterizou o período (Couto e Trintim 2012).

A crise internacional instalada em 2008 refletiu também no Brasil, mas a estrutura sólida e a posição de intenso crescimento do BNDES fizeram com que este banco exercesse papel essencial para minimizar os efeitos da crise no país, suprindo a falta de crédito através do Programa Especial de Crédito (PEC), além do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

A consolidação e crescimento do BNDES não estagnou e atualmente, vivencia-se um momento ímpar na economia brasileira, com destaque ao banco em questão, que tem apresentado investimentos sólidos e ações organizadas que muito colaboram para o crescimento do país, não só no setor econômico, mas também no social.

Atualmente, pode-se dizer que a economia brasileira enfrenta um momento de transição, substituindo o modelo político anterior para outro que encontra-se em processo de desenvolvimento, objetivando estimular a promoção de ações públicas que estimulem o crescimento da economia em diversos setores, inclusive no industrial.

3.3 O papel do BNDES na Política Nacional e Industrialização

Em uma análise histórica, pode-se dizer que o financiamento para o desenvolvimento da economia brasileira teve por base os recursos de fundos de poupança compulsória, que eram geridos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal, além, de outros recursos originados de captação externa, em virtude de sistemas de financiamento de curto prazo que perpetuaram no país (PRATES, 2000).

Com ênfase no BNDES, que é foco do presente estudo, pode-se dizer que se consolidou enquanto instituição autônoma e independente, sendo um estimulador do desenvolvimento econômico brasileiro que exerceu papel de suma importância em cada governo desde sua criação.

Segundo Valdez (2011, p. 110):

[...] o papel do BNDES desde o regime militar tem sido fundamental na execução da política externa brasileira autonomista promotora do desenvolvimento do país. Isso fica evidenciado na atuação do Banco na estruturação do parque industrial brasileiro até o final da década de oitenta e na execução do Programa Nacional de Desestatização e criação de novas formas de apoio ao comércio exterior brasileiro no Governo FHC. Vale ressaltar, também, a atuação do Banco como instrumento do Estado logístico brasileiro na continuidade e ampliação do apoio federal às exportações e inserção internacional das empresas nacionais durante o Governo Lula.

Vale ressaltar que o BNDES exerceu papel de essencial importância na Política Nacional e na Industrialização, isso porque, é uma ferramenta do Estado responsável por viabilizar um processo industrial, utilizando recursos oriundos de mecanismos compulsórios de captação, como o parque industrial fundado pelo referido banco, sendo considerado como a principal agência de financiamento em longo prazo para o setor industrial, tornando-se primordial para o crescimento econômico do país.

Com base nos estudos de Monteiro Filha (1994, p. 419) sobre o BNDES:

Exerceu o papel de *agente financeiro*, através do qual se relacionava como banco com seus clientes e, ao mesmo tempo, tinha estreita relação com o *aparelho de Estado*, sendo um instrumento poderoso de ação do governo federal, com atuação importante na formulação de política nos setores

escolhidos como prioritários nos planos de desenvolvimento e, mesmo em alguns momentos, participando na formulação da política macroeconômica, conforme se pode perceber da análise histórica do Banco.

Vale trazer algumas considerações relevantes sobre a atuação do BNDES enquanto um instrumento de financiamento para organizações, visando o desenvolvimento econômico do país.

Neste sentido, pode-se dizer que este importante banco gerou a ruptura de limites anteriormente estabelecidos para o endividamento das organizações, além de adequar, gradativamente, suas modalidades operacionais, inovando para superar os obstáculos que dificultavam o crescimento das empresas (MONTEIRO FILHA, 1994).

De acordo com os estudos de Torres Filho (2007 *apud* MACHADO, 2009, p. 78):

[...] os Bancos de Desenvolvimento (BD) nos dias atuais se apresentam como um modo particular de direcionamento de crédito pelos governos. Em boa parte são consequências dos mecanismos implementados após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de reconstrução das grandes economias destruídas pelos conflitos e para estimularem a industrialização e o desenvolvimento. O banco de desenvolvimento que tem essa função no Brasil é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Verifica-se que os bancos de desenvolvimento não são restritos ao Brasil, mas referem-se a importantes instrumentos de utilização de crédito pelos governos de vários países, para oferecer recursos às organizações em determinado intervalo temporal, visando estimular o crescimento da economia do país.

O BNDES apresenta vários papéis, especialmente, o de financiar empreendimentos industriais, apoiando investimentos de vários setores de micro, pequenas e médias empresas, possibilitando que as mesmas permaneçam competitivas no mercado, por meio do desenvolvimento de seus projetos de investimentos, além de fortalecer a estrutura de capital de empresas privadas, corroborando para o desenvolvimento do mercado de capitais (MACHADO, 2009).

É importante observar ainda que as operações de crédito²³ nos setores público e privado variam, influenciando a economia do país e o BNDES foi responsável por vários estímulos às operações de crédito.

Sobre operações de crédito Lundberg (2011, p.8) diz:

Assim, os chamados créditos direcionados abrangem tanto as operações diretas e os repasses do BNDES como as aplicações obrigatórias de todos os bancos em crédito rural e habitacional, segmentos liderados por dois grandes bancos governamentais federais, Banco do Brasil e CEF, respectivamente.

Conforme Torres Filho (2006) menciona, na atualidade, a principal fonte de recursos tem por base os créditos direcionados, ou seja, aplicações obrigatórias dos bancos comerciais, além de fundos parafiscais (FAT, Fundos Constitucionais²⁴) e ainda, de repasses do BNDES, que possibilita o crescimento econômico brasileiro.

Vale ressaltar Lundberg (2011 p. 11):

Até 2008, o FAT constituía a principal fonte de recursos do BNDES. De acordo com a Constituição Federal, 60% da arrecadação do FAT destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial, e 40% são aplicados pelo BNDES em programas de desenvolvimento econômico. Os recursos do FAT são compostos pela arrecadação da contribuição ao PIS/Pasep, exigível sobre o faturamento das empresas, com base na alíquota de 0,65% sobre o total bruto de suas receitas, no caso do regime de incidência cumulativa (Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998), ou de 1,65% sobre o total de sua receita líquida, deduzidos custos, despesas e encargos, no caso do regime de incidência não cumulativa (Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002)

De acordo com Moraes (2008), o mercado de crédito nacional é composto de duas formas: o crédito livre e o crédito direcionado.

- Crédito livre, as taxas de juros, prazos e demais condições aplicadas nos empréstimos são estabelecidos pelo banco emprestador, ou

²³O Banco Central define a operação de crédito sendo “[...] o contrato realizado entre um consumidor (denominado tomador ou devedor) e uma instituição financeira (denominada credora), que coloca à disposição do tomador determinado montante de recursos financeiros, comprometendo-se o tomador a devolver esses recursos em um determinado prazo, acrescido de juros.

²⁴ Conforme Moraes (2008 p.393): “A fonte primária do crédito direcionado aplicado nos setores da indústria, comércio e serviços, além de parte dos recursos destinados à agropecuária, encontram-se nos seguintes dispositivos da Constituição Federal: (i) no artigo 159, I, C, que determina a destinação de 3% dos Impostos sobre a Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e (ii) no artigo 239, que dispõe sobre os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados ao BNDES e a Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger).”

acordadas por intermédio de negociações entre o banco e o tomador de crédito, com base em recursos providos pelo mercado.

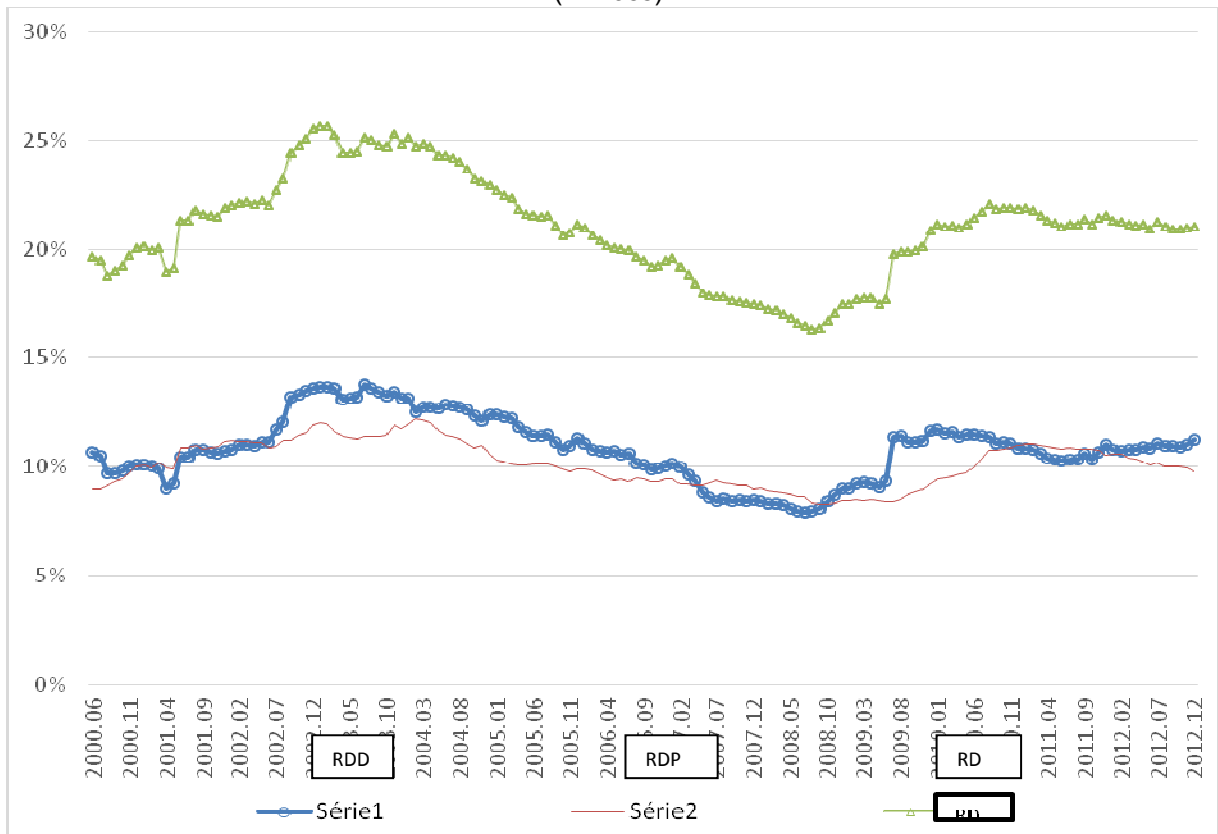
- Crédito direcionado, os recursos são obtidos de fontes institucionais, e os requisitos para a concessão dos empréstimos, como as taxas de juros, os segmentos econômicos atendidos e o porte de beneficiários, são determinados por normas dos correspondentes fundos e programas de crédito. Sendo a única forma de recurso para financiamentos de médio e longo prazo (cerca de três anos). São compostos pelas as operações do BNDES, os financiamentos imobiliários e o crédito rural.

Sobre as operações de crédito direto e indireto, Morais (2008 p. 397)

As operações de financiamento são realizadas tanto diretamente, nos casos de crédito de valor acima de R\$ 10 milhões, como indiretamente, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, constituídas por bancos privados e públicos, nas operações de qualquer valor.

Couto (2012) observa que os agentes econômicos fazem uso do crédito para gerar recursos que permitam o desenvolvimento de planos de gastos, de modo que as famílias possam aumentar seu consumo e, por sua vez, as empresas obtenham maiores investimentos para utilizar em suas produções, sem que para isso tenham em caixa o capital integral. Ressalta ainda, que o crédito que é concedido se revela um mecanismo eficaz e indispensável para motivar o crescimento econômico do país, elevando a demanda efetiva e aumentando o volume de produção, bem como de emprego.

Gráfico 2 – Operações de crédito aos setores público e privado - recursos direcionados - BNDES - R\$ (milhões)



Fonte:Elaboração própria com base de dados IPEA, 2013.

Com base no Gráfico 2 que apresenta os dados referentes as operações de crédito dos setores público e privado com recursos direcionados do BNDES de junho de 2000 a dezembro de 2012. O percentual é a divisão das operações de crédito do setor privado com as operações de crédito dos setores públicos e privado mensalmente em milhões.

Observa-se RDD, que significa as operações de crédito com recursos direcionados direto, que são transmitidas pelo BNDES de forma direta aos setores público e privado. Refere - se à carteira total, inclusive operações com o setor rural (IPEA 2013).

O RDP, são as operações de crédito recursos direcionados repasses (de acordo com Lundberg 2008 são as operações diretas²⁵ e indiretas²⁶ do BNDES),

²⁵ Operações Diretas=Custo Financeiro +Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito. O custo financeiro reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros). (BNDES 2014).

²⁶Operações Indiretas= Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada (BNDES 2014).

trata do quantitativo das operações de crédito que são repassados aos setores público e privado, inclui repasses do FINAME (IPEA 2013).

Enquanto que RD são as operações recursos direcionados aponta todas as operações de crédito com recursos direcionados aos setores público e privado. Os recursos direcionados referem-se a operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais (IPEA 2013).

Conforme observado no gráfico 2 a RDD, RDP e RD seguem uma trajetória ascendente no ano de 2000. Neste ano, a política monetária nacional foi direcionada por incerteza no mercado externo. Com as elevações dos preços internacionais do petróleo, ocorridas desde o início do ano, as indefinições quanto ao rumo e aos resultados da política monetária norte-americana, assim como as dificuldades enfrentadas pela economia argentina, com possíveis reflexos nas avaliações de risco soberano, por parte dos agentes externos, menos favoráveis também para o Brasil. Devido a estes fatos da meta da taxa Selic foi reduzida ao longo do ano. A trajetória decrescente das taxas de juros no ano 2000 pode ser atribuída à conjunção de fatores positivos observada no período, com destaque dos cortes promovidos na meta da taxa Selic, as medidas governamentais visando aumentar a oferta de crédito e reduzir os juros, o aumento da concorrência entre os bancos. Além do maior grau de confiança das instituições financeiras quanto à estabilidade do quadro econômico interno.

Já no ano de 2003 verificou se uma modesta evolução nas operações de crédito no primeiro semestre. Devido à redução da atividade econômica, queda dos rendimentos reais das famílias e restrições nas condições da oferta do crédito. Que estão relacionados principalmente a nova política econômica do novo governo e limitações dos financiamentos externos para o país. Tudo isto acarretou elevação dos juros no mercado futuro e volatilidade da taxa de câmbio. Que determinaram a adoção de maior rigidez na política monetária aumentou se a taxa básica e da alíquota de compulsório sobre recursos a vista.

Conforme o IPEA (2013), em junho de 2000 foram alcançados R\$ 286.142,00 em operações de crédito no setor privado, com recursos direcionados diretamente do BNDES totalizando R\$ 30.466,72 e repasse de R\$ 25.692,13 aos setores público e privado.

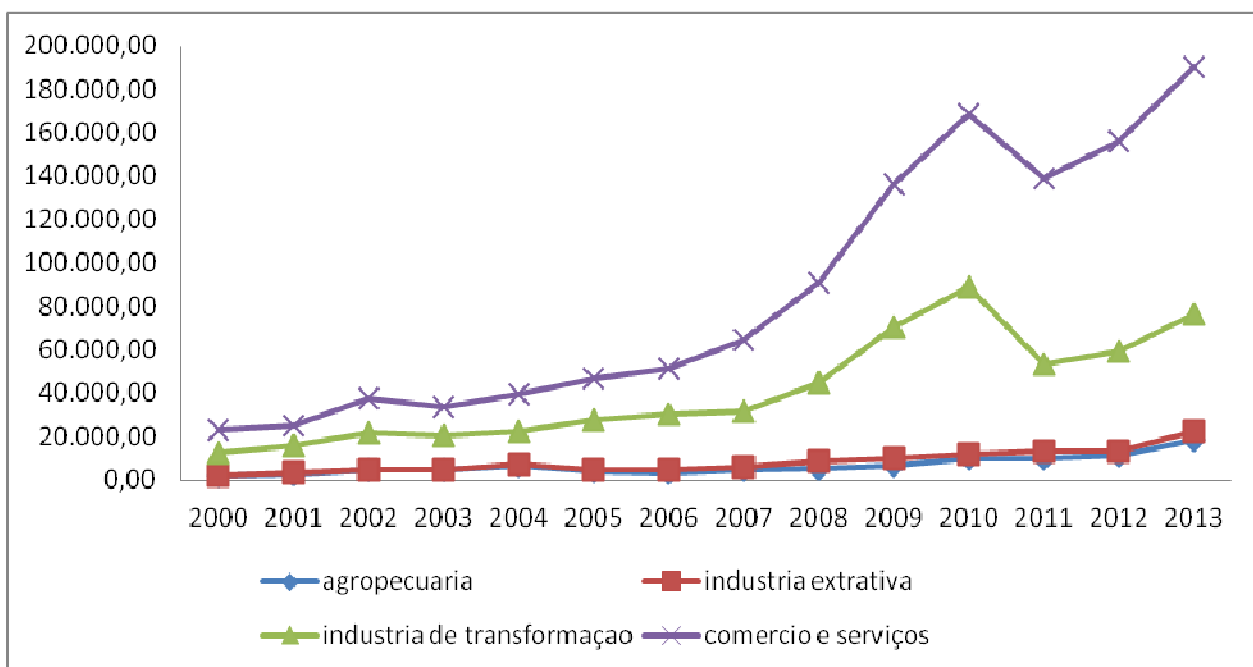
Em dezembro de 2012 foi verificada a elevação considerável dos recursos direcionados pelo BNDES, totalizando R\$ 2.240.800,34 operações de crédito no setor privado, R\$ 252.470,85 em recursos diretos para os setores públicos e privado e R\$ 219.286,02 em repasses aos setores públicos e privado.

Segundo Cavalcante (2004, p. 181):

Ao se examinar a evolução das operações de crédito (novamente em valores de dezembro de 2003 atualizados pelo IGD-DI) do Desenbanco ao longo do período entre 1966 e 2001, pode-se verificar, mais uma vez, a importância relativa do setor público na alocação de recursos da instituição. Com efeito, ainda que apoiada em um dado que pode estar contaminado pela capitalização de operações de crédito não honradas, a análise deixa claro que, ao longo da década de 1980, o setor público respondia por valores bastante superiores àqueles do setor privado

Pode-se dizer que o apoio financeiro oferecido pelo BNDES busca atender as necessidades de investimentos das empresas, representando um instrumento de essencial importância para o crescimento das mesmas e, conseqüentemente, da economia brasileira.

Gráfico 3 - Desembolso²⁷ Anual de Financiamento do Sistema BNDES por setores – R\$ Milhões



Fonte: Elaboração própria, com base de dados do BNDES

²⁷ Segundo BNDES (2014) – liberação dos recursos do Sistema BNDES

O Gráfico 3 apresenta a evolução dos desembolsos anuais de financiamentos do sistema BNDES por grandes setores no período de 2000 a 2013.

Com base nos dados do Gráfico 3, pode se dizer que o setor de comércio e serviços seguido do setor de indústria de transformação foram os que mais receberam desembolsos. Durante o período de 2003 a 2008, houve elevação na escala dos desembolsos. Em 2008 nota-se um aumento de quase três vezes frente ao ano de 2003, comprovando o aumento da participação do BNDES no financiamento junto aos setores de grande porte se tornando um importante instrumento na execução de política econômica. Sobre a importância da elevação dos desembolsos Torres Filho 2009, p.32 diz:

O elevado volume anual de desembolsos do BNDES está, assim, diretamente ligado a três fatores. O primeiro é a importância desses financiamentos para um país que detém uma indústria importante de equipamentos, principalmente nas áreas de transporte e de equipamentos agrícolas. O segundo consiste na dimensão continental e na importância da produção agrícola para a economia brasileira. O terceiro são os níveis elevados de taxas de juros e os prazos curtos praticados no mercado financeiro brasileiro.

Conforme observamos no Gráfico 3 o ano de 2008 percebe se uma elevação crescente dos desembolsos até o ano de 2013. O total de desembolsos saltou de 90.877,90 milhões em 2008 para 136.356,40 milhões em 2009 (BNDES 2014). Houve uma forte atuação do governo para minimizar os prejuízos decorrentes da restrição de crédito. Desencadeado pelo agravamento da crise financeira internacional (subprime dos Estados Unidos) e consequente redução de liquidez externa. Em 2008 tem se uma maior participação do BNDES, como esclarece Couto e Trintim [...] houve ampliação das linhas de financiamento às exportações e ao capital de giro, e o banco foi responsável por cerca de um terço da expansão do crédito no país.

Vale mencionar Lundberg 2011, p.9 sobre as operações do BNDES:

O BNDES é uma instituição do governo federal dedicada ao apoio a investimentos realizados por empresas brasileiras. Por meio de suas operações diretas e indiretas (repasses), o BNDES é responsável por cerca de 20% do saldo do crédito concedido pelo SFN, tendo os desembolsos totais de crédito e investimento dessa instituição atingido o recorde histórico de R\$168,4 bilhões em 2010, com crescimento de cerca de 160% em relação a 2007.

Como podemos perceber, justamente nos momentos que a oferta de crédito privado se contrai nos momentos de crise, tem se atuação do bancos públicos. Em especial o BNDES, quando neste momento amplia sua participação permitindo à expansão de crédito e a continuidade dos projetos de investimentos visando contribuir com a política econômica nacional.

CONCLUSÃO

O presente trabalho avaliou o papel do BNDES na política nacional e industrialização, demonstrando o quanto este órgão foi e ainda é relevante para o crescimento econômico brasileiro, por meio do oferecimento de créditos que impulsionam os negócios de diversas empresas e indústrias.

Através de estudos da CMBEU percebeu-se a necessidade de investimentos em diversos setores que eram entraves para o crescimento do Brasil, assim surgiu o BNDE criado através da lei pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, até então, não havia no país nenhum Banco especializado no financiamento de recurso de longo prazo.

Na década de 50 o BNDES priorizou investimentos nos setores energia elétrica e transporte, no qual foram apontados pela CMBEU como deficitários e os dois maiores gargalos no crescimento do país. O BNDES com sua equipe técnica teve participação essencial no Plano de Metas, na coleta de dados para os estudos relacionados desenvolvimento de projetos.

A década de 60 ficou conhecida como Período de diversificação de setores, ou seja, os desembolsos foram ampliados principalmente para insumos básicos (metalurgia, químicos e fertilizantes, papel e celulose e siderurgia), equipamentos. Ampliando sua área de atuação através do Plano de Metas onde o banco atuou fortemente, aumentando o financiamento ao setor privado, quando pela primeira vez houve inversão de investimento do setor público para o privado.

A década do Milagre, como ficou conhecida a década de 70, caracterizada pelo intenso crescimento de diversos setores, pela inversão de aprovações de créditos em prol do setor privado, pelo crescimento do PIB cerca de 11% ao ano. Pela implantação do II PND onde o banco foi um dos principais instrumentos.

A década Perdida como ficou caracterizada os anos 80 marcada pela questão da aceleração das taxas de inflação e a perda de fontes de financiamento. Onde o BNDE adquiriu o “S” de social, a depois de 1982 passou a se chamar BNDES onde o banco também passou a criar projetos no âmbito social.

Foi possível concluir ainda que o BNDES teve papel essencial na política nacional e industrialização, pois ofereceu suporte para as empresas e indústrias locais superarem as crises vivenciadas pelo país. Verificou-se que o BNDES apresentou evolução significativa entre os anos de 2000 e 2011, pois em princípio apresentou créditos que chegavam a 5,0 % do PIB, progredindo para 9,6 % em 2011.

Muitas vezes foi importante o “Estado Empresário” na promoção do crescimento econômico. A intervenção do sistema público no sistema privado se justificou devido à insuficiência deste em mobilizar recursos para o desenvolvimento de projetos de grande porte, principalmente nos setores de infraestrutura. Além de um montante considerável de recursos, os investimentos destes setores também apresentam longo prazo de maturação, o que leva a uma demora na geração de lucros, desestimulando o setor privado.

A análise final do presente estudo traz evidências do impacto positivo da atuação do BNDES no crescimento do país e suas transformações ao longo do tempo. O banco supriu a lacuna que existia entre a falta de oferta de crédito e um agente financeiro capaz de gerir recursos de longo prazo. Os resultados são significativos a cada década, o acesso ao crédito permitiu: criação de indústrias, aumento do porte das indústrias existentes, gerou novos postos de trabalho, acesso a educação, inovação tecnológica.

Concluiu-se ainda que diante das constantes crises econômicas vivenciadas pelo Brasil ao longo da história, mecanismos de crédito e valorização industrial como o BNDES que disponibilizou recursos para indústrias e cidadãos, e ainda o faz, representam instrumentos indispensáveis para a promoção de uma economia estável e equilibrada, demonstrando o papel essencial deste banco para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Christiane Luci Bezerra. Considerações sobre a orientação externa da indústria brasileira na década de 90. **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 17, número 2 (30) pp. 237-257, 2006.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. **O setor siderúrgico**. 2012. Retirado do Site <<http://www.bndes.gov.br>> [Acesso em 5 de setembro de 2013].

AVILES, Maicon Danilo Scatula. **Inflação e câmbio pós Plano Real**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Boletim nº4 Operações de crédito**. Disponível:
http://www.bcb.gov.br/Fis/decic/bolconfim/Boletim_Consumo_e_Finan%E7as4.pdf

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Disponível:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/historico.html. Acesso em 10 de novembro de 2014

_____ (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**. Disponível
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html. Acesso em 30 de outubro de 2014

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Crédito e desenvolvimento regional: o caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

COSTA, Lúcia Cortes da. **O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro**. Pesquisa & Debate, SP, volume 11, número 1 (17), 49-79, 2000.

COSTA, Ágata Flávia. **Análise da crítica pós-Keynesiana à política econômica adotada no Governo FHC (1994-2002)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

COUTO, Ana Cristina Lima; TRINTIM Jaime Graciano. **O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira**. Retirado do site <http://www.akb.org.br/upload/011020121854415026_Ana%20Cristina%20Lima%20Couto.pdf> Acesso em 12 de junho de 2014

FUCHS, Angelo Giuseppe Povoleri. **1963 - Análise do Processo de Realização da Estratégia do BNDES 2000 – 2005**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

GIAMBIAGI, Fábio *et. al.* **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. 29 de setembro de 2003. Retirado do Site <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/29092003estatisticasecxx.pdf>> Acesso em 5 de setembro de 2013.

_____**Estatísticas do século XX**. Disponível em <http://seculoxx.ibge.gov.br/publicacao>

IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade da renda no Brasil**. 2013. Retirado do Site <http://www.ipc-undp.org/publications/cct/NTquedaatualizada.pdf> [Acesso em 5 de setembro de 2013].

LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A retomada do crescimento e a distorções do “Milagre” 1967-1973. A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 1990 a. p. 233-294.

LUNDBERG, Eduardo Luís. **Bancos Oficiais e Crédito Direcionado- O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?** Banco Central do Brasil: Novembro, 2011.

MACHADO, Fabio Ricardo. **Financiamento de longo prazo e o papel do BNDES**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. **O BNDES e seus critérios de financiamento industrial: 1952 a 1989 Dezembro de 1994. BNDES- Um banco de idéias 50 anos refletindo o brasil**. p. 414-431. Rio de Janeiro 1ª Edição 2002 Retirado do site <<http://www.bndes.gov.br>> [Acesso em 10 de agosto de 2013].

MORAIS, José Mauro de. **Programa Especiais de Crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, Proger e Fundos especiais de financiamento. Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Capítulo 10. Brasília, 2008

NAJBERG, Sheila. **Transformação do sistema BNDES em financiador do setor privado nacional. 1989. . BNDES- Um banco de idéias 50 anos refletindo o brasil**. p. 345-354. Rio de Janeiro 1ª Edição 2002 Retirado do site <<http://www.bndes.gov.br>> [Acesso em 10 de agosto de 2013].

OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. **Os ciclos da economia brasileira no pós-guerra**. Revista Análise Econômica, ano 7, março de 1989.

ORESTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI Antônio Cláudio. **Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 1990 a. p. 171-195.

PÁLACIO DO PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm> Acesso em 01 de novembro de 2014.

PAMPLONA, Leonardo de Moura Perdigão. **BNDES e o desenvolvimentismo do Século 21**: Estado, Democracia e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

PRATES, Daniela Magalhães. **O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90**. Economia e Sociedade, Campinas, (15): 85-116, dez, 2000.

REDIVO, André da Silva; CAIRO Silvio Antonio Ferraz. O BNDES e as políticas desenvolvimentistas – 1952 a 1979. Retirado do site: <<http://www.anpec.org.br>> Acesso em 06 de setembro de 2014

Resende, André Lara; **Estabilização e Reforma 1964-1967. A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 1990 a. p. 213-231.

SANTOS, Elton Cristian dos. **Gastos públicos na agricultura e reforma agrária**. 9ª Semana de Iniciação Científica, 9ª Mostra de Pós Graduação. Irati: FAFIUV, 2009.

SANTOS, Denise Preussler dos. **Revistas Institucionais também ensinam? O caso da Revista Indústria Brasileira**. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2011.

SANTOS JUNIOR, José Aldoril dos. **Industrialização e modelo de substituição de importações no Brasil e na Argentina**: uma análise comparativa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SCHINDLER, Eduardo. **Política externa brasileira no governo Collor: a busca por um novo modelo de atuação internacional**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, Tânia M. Limeira de Carvalho e. **Uma síntese das teses centrais de interpretação do ciclo na economia brasileira**. Revista de Economia Política, Vol. 6, n. 4, outubro-dezembro de 1986.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Crédito Direcionado e Direcionamento do Crédito: Situação Atual e Perspectivas**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.13, N. 2, P. 35, JUN. 2006

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Mecanismos de Direcionamento do Crédito, Bancos de Desenvolvimento e a Experiência Recente do BNDES**. Ensaio Economia Financeira, Rio de Janeiro, 2009.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **A internacionalização do BNDES no Governo Lula**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VELOSO, Fernando A. VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica**. RBE Rio de Janeiro v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008.

WASQUES, Renato Nataniel. **Uma análise do desempenho da indústria de transformação brasileira na década de 1990: ocorreu um processo de desindustrialização?** XL Encontro Nacional de Economia, 2012. Retirado do Site <<http://www.anpec.org.br>> Acesso em 10 de agosto de 2013.

WEISS, Ivano Grüdtner. **A indústria automobilística genuinamente brasileira – Estudo de caso da Gurgel e IBAP**. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2006.

ANEXOS

DESEMBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES

Setor CNAE

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
AGROPECUÁRIA	6.930,2	4.058,8	3.422,6	4.997,8	5.594,5	6.855,7	10.126,3	9.759,0	11.362,2	18.662,2
- agropecuária	6.930,2	4.058,8	3.422,6	4.997,8	5.594,5	6.855,7	10.126,3	9.759,0	11.362,2	18.662,2
INDÚSTRIA EXTRATIVA	242,6	337,7	1.457,9	1.050,5	3.310,7	3.219,3	1.513,6	3.579,0	1.825,3	4.055,7
- indústria extrativa	242,6	337,7	1.457,9	1.050,5	3.310,7	3.219,3	1.513,6	3.579,0	1.825,3	4.055,7
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	15.526,2	23.032,6	25.663,0	25.395,4	35.710,3	60.302,2	77.255,2	40.270,4	45.861,0	53.939,8
- produtos alimentícios	1.773,5	2.398,4	3.304,4	4.388,0	9.543,9	8.034,0	12.292,7	5.261,8	4.690,0	7.070,2
- bebidas	114,9	501,8	344,9	404,8	528,8	769,0	1.174,3	1.567,8	1.428,2	800,9
- fumo	18,4	5,2	13,5	12,7	0,4	0,1	4,9	12,2	6,1	18,5
- têxtil	170,3	256,5	175,7	205,4	954,0	381,4	1.058,1	1.544,7	1.234,7	988,7
- confec. vestuário e acessórios	50,1	60,5	90,0	105,1	394,2	265,8	582,1	1.011,3	1.478,5	907,9
- couro, artefato e calçado	164,7	153,9	318,3	170,8	651,5	252,8	714,9	647,2	835,5	602,2
- madeira	124,8	210,4	197,7	340,8	512,0	378,0	528,8	543,2	781,5	780,0
- celulose e papel	1.052,2	1.415,1	2.315,0	1.808,5	857,7	3.567,7	1.623,0	1.457,0	4.218,0	3.830,8
- grão	22,1	20,3	25,2	31,5	48,9	68,7	112,0	128,6	179,7	152,5
- coque, petróleo e combustível	73,5	170,8	1.391,5	1.798,0	3.145,8	23.238,4	28.712,3	4.466,5	6.281,4	7.243,8
- química	454,5	1.012,9	1.082,0	1.882,8	2.178,1	2.175,0	3.798,2	2.457,9	1.997,7	3.398,0
- farmacêutico, farmacêutico	91,3	128,9	140,9	594,0	301,9	224,1	1.302,8	225,1	240,1	548,2
- borracha e plástico	275,5	466,7	472,7	1.124,9	933,1	1.021,5	1.872,3	1.468,8	2.248,8	2.455,5
- mineral não metálico	274,3	227,5	410,6	439,7	580,5	1.245,4	1.657,1	1.971,4	2.203,5	2.637,3
- metalurgia	741,1	1.387,8	2.180,8	3.119,8	3.209,2	4.488,0	3.809,0	2.551,1	2.538,4	2.551,1
- produto de metal	258,5	382,2	337,1	522,4	508,1	810,7	1.118,1	1.204,5	1.327,7	1.517,2
- equip info, eletrônico, ótico	144,4	637,3	870,7	829,7	871,7	393,3	942,5	298,3	901,5	830,2
- máq. aparelho elétrico	211,6	658,2	674,0	837,0	889,4	1.210,7	1.105,8	1.369,4	1.228,5	1.690,1
- máquinas e equipamentos	829,6	1.964,7	1.694,8	1.716,3	1.684,1	2.616,7	3.248,9	2.781,0	3.418,9	4.216,3
- veículo, reboque e carroceria	2.575,3	4.718,3	5.186,2	3.085,2	4.603,0	5.922,5	5.790,4	4.858,9	4.843,2	6.851,9
- outros equip transporte	5.983,4	6.043,8	4.222,7	1.690,0	2.942,3	2.899,3	4.410,8	3.543,0	2.350,0	3.452,3
- móveis	100,0	137,5	81,0	149,1	288,1	200,1	455,5	670,4	1.028,4	928,0
- produtos diversos	42,5	90,4	154,2	62,0	65,0	105,8	316,3	294,7	393,7	298,3
- manutenção, reparação, instal.	1,8	5,8	2,4	14,2	29,6	27,0	66,2	74,4	162,5	217,6
COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.134,8	19.551,1	20.774,5	33.448,0	46.262,5	65.979,1	79.527,7	65.265,0	96.943,7	113.741,3
- eletricidade e gás	6.507,0	4.962,7	3.504,3	6.940,3	8.923,3	14.716,5	13.878,5	16.286,1	10.350,4	20.360,7
- água, esgoto e lixo	245,1	329,2	401,5	654,3	794,0	906,4	1.590,1	1.548,8	1.462,2	1.680,1
- construção	1.219,9	1.681,7	1.530,7	3.126,2	4.103,1	6.550,4	6.650,2	7.195,2	8.028,7	9.731,2
- comércio	887,1	936,0	1.829,1	2.536,3	3.156,3	5.597,0	10.530,0	11.309,5	13.201,7	16.840,1
- transporte terrestre	4.854,5	7.310,4	8.423,1	12.588,3	17.531,3	23.737,1	28.473,5	28.023,8	18.844,0	25.537,9
- transporte aquaviário	687,6	421,7	470,9	707,0	661,5	914,8	1.505,3	1.080,0	2.222,8	2.200,4
- transporte aéreo	10,6	165,0	93,8	18,8	10,7	468,9	571,1	365,0	545,7	335,3
- ativ aux transporte e entrega	312,4	778,5	542,9	1.013,2	622,6	2.084,7	2.980,7	3.505,4	4.699,0	7.881,9
- alojamento e alimentação	43,0	99,0	85,3	115,7	134,7	189,6	382,3	563,2	693,9	908,6
- informação e comunicação	47,6	131,5	114,7	472,8	584,0	341,0	500,5	580,0	550,9	861,4
- telecomunicações	1.645,4	1.670,5	2.133,7	3.379,2	6.187,8	3.834,9	2.103,9	3.107,8	4.836,1	2.694,5
- ativ financeira e seguro	99,3	58,0	258,1	257,5	1.278,8	414,0	741,6	1.341,7	2.682,7	4.200,3
- ativ imobili, profissional e adm	265,5	507,0	537,3	870,3	1.425,2	1.328,5	3.415,8	3.718,0	4.728,7	5.254,8
- administração pública	187,7	142,8	128,3	147,7	289,5	4.148,7	5.128,9	3.047,6	12.108,4	12.098,7
- educação	142,4	164,8	150,7	141,7	135,5	173,4	183,2	244,6	444,5	488,4
- saúde e serv social	148,8	141,5	418,3	369,1	304,1	415,8	497,1	672,9	731,1	1.174,4
- artes, cultura e esporte	17,4	15,0	18,8	23,4	37,7	76,5	122,1	961,3	1.567,7	1.309,8
- outras ativ serviços	33,6	38,9	49,2	55,8	81,4	82,1	134,2	178,2	198,2	182,8
TOTAL	39.833,9	46.980,2	51.318,0	64.891,8	90.877,9	136.356,4	168.422,7	138.873,4	155.992,3	190.419,0